



CINTIA ITAQUI

**POSSIBILIDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
A EXPERIÊNCIA DO TRANSEMEM PORTO ALEGRE**

CANOAS, 2018

CINTIA ITAQUI

**POSSIBILIDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
A EXPERIÊNCIA DO TRANSEMEM PORTO ALEGRE**

Projeto de Dissertação submetido ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise Macedo Ziliotto

CANOAS, 2018

CINTIA ITAQUI

**POSSIBILIDADES ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR:  
A EXPERIÊNCIA DO TRANSEMEM PORTO ALEGRE**

Projeto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Da Universidade La Salle – UNILASALLE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Profª Drª Denise Macedo Ziliotto

**BANCA EXAMINADORA**

---

ProfªDrª Denise Macedo Ziliotto (orientadora)  
Universidade La Salle

---

Profª Drª Andrea Fachel Leal  
Universidade Federal de Rio Grande do Sul

---

Profª Drª Juliana Lapa Rizza  
Universidade Federal do Rio Grande

---

Profª Drª Vera Lucia Felicetti  
Universidade La Salle

## Difícil princípio de autoaceitação

Caio Tedesco<sup>1</sup>

O não-lugar que eu ocupo me ocupa a cabeça constantemente me impedindo de focar nos trabalhos que deveria produzir, nos sorrisos que deveria sentir, nas satisfações e questões a cumprir. Esse não lugar me corrói me anseia me dói me odeia me odeio. Me odiava. Não odeio. Mas eu detesto o tempo de esperar pra sair dessa falta de localização e vivenciar os desejos que movem esse meu ser pensante em demasia. Dói pensar. Acordo com o coração doído. Acelerado, frenético, estriquinado. O reconhecimento dos pares e dos outros me importa. Me olhar no espelho e me enxergar me importa. É como se eu nunca tivesse me visto.

Eu fecho o olho e me vejo, mas não vou ver isso que eu vejo porque idealizo também meu ser interior. Com certeza os centímetros não vão me surgir, e vai doer olhar pros míseros 1,55cm que me constituem como ser humano baixo, que baixaza não é valorizada e dizem que sou quase nada. Sou fraco, não másculo, de forma alguma. Então como posso me identificar com esse gênero entre um quinzilhão de aspas oposto? E qual meu nome?

Eu sei que eu forço uma força pra passar pra quem tá ao meu redor. Mas não tá fácil, tá difícil. Eu não quero dividir essa dificuldade porque não quero parecer pedinte de piedade. Acontece que essa solidão, esse processo solitário e não me encontrar em mim me destrói por dentro o ser que eu tenho sido e o que eu quero ser e não sou. Aí quando eu assisti Tomboy, quando eu assistir Boys Don't Cry, eu percebi que existia a possibilidade de eu existir, e eu não era tão aberração tão única quanto eu achava que eu era. E aí através das películas eu entrei nesse universo dolorido, já senti o estupro corretivo em mim. Em mim que com vagina já sofri tantos abusos sexuais sem ousar ser homem. Imagina quando eu “roubar” esse lugar. [...] se fosse tão escolha assim, a gente não escolhia. Mas a escolha é a seguinte: fica aí dentro e vive essa vida das avessas deprimente miserável, ou vive essa vida dando a cara a tapa e com coragem. Eu já cansei de ser covarde.

---

<sup>1</sup> Membro da organização do transENEM Porto Alegre. Texto publicado no blog pensantesfragmentos <https://pensantesfragmentos.wordpress.com/2018/05/23/nos/>

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todas as pessoas trans ou cis como eu, que estão na militância para que espaços como o transENEM se mantenham resistindo a lógica heteronormativa e excludente de espaços formais para a educação.

## RESUMO

Esta pesquisa vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle e tem por objetivo analisar a experiência do curso transENEM Porto Alegre, enquanto dispositivo para acesso à educação superior. Os objetivos específicos remetem-se a 1) descrever, historicamente, a trajetória do curso; 2) identificar a estrutura e dinâmica de funcionamento do curso 3) avaliar a efetividade do curso na trajetória de formação dos estudantes. Inicialmente foram realizadas pesquisas de estado da arte a partir do banco de dados do Portal de Periódicos da CAPES, Banco de Teses e Dissertações da Capes, SCIELO e IBICT. Os norteadores teóricos para abordar a temática a partir de questões conceituais e investigações anteriores, foi desenvolvida a partir de autores como Araújo (2016), Andrade (2012), Bento (2006, 2008, 2011, 2012), Butler (2016), Franco (2011 e 2015), Lanz (2015), Louro (2008, 2014, 2016), Reidel (2013), Santos (2015), Silva (2017) que abordam a transexualidade e a educação. O método da investigação é qualitativo e descritivo, com delineamento de estudo de caso, utilizando-se como instrumentos de coleta de dados entrevistas, documentos institucionais, observação participante, postagens do Coletivo e de seus membros nas redes sociais, fotos, Zine transENEM, analisados sob a perspectiva hermenêutica. Os resultados apontam que a efetividade do transENEM para o acesso à educação superior está sendo facilitado pela inserção em um espaço acolhedor que oferece uma rede de apoio além de toda a questão pedagógica e social que estão envolvidas na potencialidade deste coletivo pela educação popular para que estes estudantes possam adentrar a universidade e outras aquisições que advém de todo este processo educacional e social.

Palavras-chave: Acesso. Educação Superior. Transexualidade. Travestilidade.

## LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CID – Código Internacional de Doenças

CF – Constituição Federal

CFM – Conselho Federal de Medicina

CNCD/LGBT – Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPB – Código Penal Brasileiro

CPF – Cadastro de Pessoa Física

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

GGB – Grupo Gay da Bahia

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IBTE – Instituto Brasileiro Trans de Educação

IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

NEEJA – Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos

NEPEGS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

NIS – Número de Identificação Social

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMS – Organização Mundial da Saúde

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RCPN – Registro Civil das Pessoas Naturais

SDH – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SISU – Sistema de Seleção Unificada

STF - Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

TGEU – Transgender Europe

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 CAPES: Consulta ao Banco de Teses e Dissertações

Quadro 2 CAPES: Resultado da Consulta aos Periódicos

Quadro 3 Consulta da base de dados da SCIELO

Quadro 4 Consulta da base de dados da IBICT

Quadro 5 Leis Federais e Proposições Legislativas de não discriminação às pessoas LGBTI+

Quadro 6 Maneiras de utilizar a nota obtida no ENEM

Quadro 7 Projetos de cursos para pessoas transexuais no Brasil

Quadro 8 Entrevistados da pesquisa

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. PANORAMA INVESTIGATIVO E CONCEITUAL.....</b>	<b>15</b>
<b>3. CONCEITOS E REFLEXÕES SOBRE A VIVÊNCIA TRANS.....</b>	<b>19</b>
<b>4. A TRANSEXUALIDADE E A EDUCAÇÃO.....</b>	<b>29</b>
<b>5. MARCOS LEGAIS DO MOVIMENTO LGBT.....</b>	<b>37</b>
<b>6. OS CURSOS POPULARES PARA PESSOAS TRANS.....</b>	<b>42</b>
<b>7. PERCURSO INVESTIGATIVO.....</b>	<b>46</b>
<b>8. A EXPERIÊNCIA DO CURSO TRANSENM PORTO ALEGRE.....</b>	<b>49</b>
<b>8.1. Trajetória: origens e desdobramentos.....</b>	<b>50</b>
<b>8.2. Ingresso e permanência dos alunos no TransENEM/POA.....</b>	<b>56</b>
<b>8.3. Níveis de participação e deliberação no curso.....</b>	<b>62</b>
<b>8.4. Dimensão pedagógica: saberes e oferta educativa.....</b>	<b>66</b>
<b>8.5. Processos de educação e cidadania.....</b>	<b>69</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICE A: Termo de consentimento livre e esclarecido.....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE B: Roteiro para entrevista semi-estruturada.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXO A: Resolução nº 12 de 16 de janeiro de 2015.....</b>	<b>83</b>
<b>ANEXO B: Decreto nº 8727 de 28 de abril de 2016.....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO C: Decreto nº 49122 de 17 de maio de 2012.....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXO D: Matrículas para ENCCEJA e ENEM.....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO E: Ficha de matrícula.....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO F: Publicação no Facebook do brechó.....</b>	<b>92</b>
<b>ANEXO G: Termo de Compromisso.....</b>	<b>93</b>
<b>ANEXO H: Seleção para técnicos e professores.....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXO I: Foto da formação.....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXO J: Seminário “Saindo das Caixas”.....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXO K: Foto do desfile “Diversidade Criativa”.....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXO L: Foto do relato de experiências no TransENEM.....</b>	<b>98</b>

[Digite aqui]

[Digite aqui]

## 1 INTRODUÇÃO

A condição das pessoas trans<sup>2</sup> no contexto educacional brasileiro é preocupante. Segundo Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais(ABGLT) (2018), a partir de entrevistas com mil estudantes LGBT de 13 a 21 anos, 73% afirmam terem sido xingados e 27% sofrido agressões físicas na escola por conta de sua orientação sexual<sup>3</sup>. Além disso, o relatório também aponta que 56% dos entrevistados foram assediados sexualmente na escola; considerando tais dados, identifica-se a presença de atitudes lgbtifóbicas<sup>4</sup> nos ambientes escolares no Brasil.

A inclusão e o acesso à educação são um dos mais importantes desafios em matéria de direitos humanos. A dimensão da exclusão é revelada, por exemplo, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (2010) ao demonstrar que, enquanto 50% das travestis e transexuais com Carteira de Nome Social possuem nível médio, o percentual para a população do Estado do Rio Grande do Sul é de apenas 23,7%. Neste sentido, o acesso à educação – especialmente à educação superior – é fundamental para a cidadania no sentido da concretização dos direitos, significando a possibilidade de participação nas diferentes dimensões da sociedade.

Para garantir o acesso a este direito fundamental, é essencial a existência de políticas públicas e ações afirmativas que incidam para equacionar a desigualdade que a população trans está sujeita. Iniciativas da sociedade civil organizada têm sido criadas para engendrar mecanismos de acesso à educação; dentre estas ações estão os cursos pré-vestibular para pessoas trans, caracterizando-se como uma iniciativa de coletivos locais ou regionais. A oferta é gratuita, não tem fins lucrativos, atende majoritariamente transexuais e travestis - mas não apenas esses, há alunos/as que se enquadram em todas as dimensões da sigla LGBTs - preparando-os para as prova do Exame Nacional para a Certificação de Competência de Jovens e Adultos

---

<sup>2</sup> Utilizou-se o termo trans para referir-se as mulheres e os homens trans.

<sup>3</sup> Por orientação sexual entende-se inclinação involuntária de cada pessoa em sentir atração sexual, afetiva e emocional por indivíduos de gênero diferente, de mais de um gênero ou do mesmo gênero. Relembrando: as três orientações sexuais preponderantes mencionadas acima não são as únicas. Existe uma gama de possibilidades (Manual de comunicação LGBTI+).

<sup>4</sup>LGBTIfobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas que não são LGBTI, mas são percebidas como tais (Manual de Comunicação LGBTI+, 2018).

(ENCCEJA) e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e outros processos seletivos à Educação Superior.

A iniciativa no Rio Grande do Sul é nomeada Coletivo pela Educação Popular TransENEM Porto Alegre e inspira-se em experiências de cursos específicos para transexuais e travestis, desenvolvidos em outras capitais e cidades. O curso é ministrado nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – RS (IFRS) no Centro Histórico de Porto Alegre/RS fazendo parte do Projeto de Extensão do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Gênero e Sexualidade (NEPEGS).

Além da dimensão educacional, há outro aspecto que sustenta este projeto: a possibilidade de rompimento do histórico de violência à que essa comunidade é alvo. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (2018), a expectativa de vida das pessoas transexuais e travestis são de 35 anos em média e o Brasil é o país com o maior índice de mortes. Em função da ausência de política inclusiva em diversas esferas na sociedade, a possibilidade existente para muitos transexuais é a prostituição, o trabalho clandestino ou o desemprego. Diante de tal cenário, o TransENEM Porto Alegre se institui como caminho ou estratégia para que estes sujeitos retornem aos bancos escolares e consigam transformar suas vidas através da educação.

No ano de 2017, foi publicado o relatório de mortes de LGBT pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) (2017), com o número de 445 mortos, dos quais 387 foram assassinados e 58 se suicidaram. Um aumento de 30% em relação ao ano anterior, quando registrou-se 343 mortes. A cada 19 horas um LGBT morre de maneira violenta vítima da LGBTfobia, o que torna o Brasil campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Para Reis, Eggert (2018), também são monitorados pela organização não governamental europeia Transgender Europe, voltados especificamente para mortes de travestis e transexuais que são registrados e noticiados mundialmente. E segundo esta entidade, entre os anos de 2008 e 2014, o Brasil também foi o líder no ranking mundial de assassinatos, com mais de 600 travestis e transexuais mortos seguidos do México, com menos de 200 mortos no mesmo período. Especialmente no Brasil, a viabilização da educação em prol da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual se faz mais importante quando se pensam nas estatísticas sobre violência e discriminação baseadas em gênero, orientação sexual e identidade de gênero.

Considerando este panorama e o engajamento da pesquisadora na luta pela cidadania das pessoas trans, foi desenvolvida investigação qualitativa na modalidade de estudo de caso, a partir da aproximação e posterior inserção no Coletivo pela Educação Popular TransENEM de Porto Alegre. O objetivo centrou-se na análise da experiência do curso enquanto dispositivo de acesso à educação superior, tendo como objetivos específicos: 1) descrever, historicamente, a trajetória do curso; 2) identificar a estrutura e dinâmica de funcionamento do curso; 3) avaliar a efetividade do curso na trajetória de formação dos estudantes.

A partir de resposta ao convite publicado pelo Coletivo no Facebook, em setembro de 2017, para novos voluntários atuarem como professores e técnicos integrarem o grupo, a pesquisadora insere-se na equipe como pedagoga, havendo a ciência e aprovação do desenvolvimento de sua pesquisa de mestrado pelo Coletivo. No decorrer da sua participação e investigação, a pesquisadora assume as responsabilidades de orientadora educacional, elaboração de planos de estudos e organização de encontros de discussão com os professores, bem como matrículas dos estudantes e seleção de novos membros junto à organização do coletivo.

A coleta de dados da pesquisa, compreendida entre outubro de 2017 e novembro de 2018, valeu-se dos seguintes instrumentos: entrevistas, documentos institucionais, observação participante registrada em diário de campo, postagens do Coletivo e de seus membros nas redes sociais, fotos, atas das assembleias, editais, Zine transENEM, analisados sob a perspectiva hermenêutica, que promove a interpretação contínua dos elementos analisados.

A dissertação contempla inicialmente o estado da arte da temática, seguido dos norteadores teóricos referentes à vivência trans, aos marcos legais do movimento LGBT, à transexualidade e a educação e aos cursos populares para pessoas trans. Posteriormente é explicitado o método da investigação desenvolvida, que possibilitou o estudo de caso que se desenvolveu a partir de trilhas de reflexão dos seguintes aspectos: histórico do curso, ingresso e permanência dos/as alunos/as, níveis de participação e deliberações no curso, dimensão pedagógica e processos de educação e cidadania. Por fim são apresentadas as considerações finais, as referências, os anexos e os apêndices.

## 2 PANORAMA INVESTIGATIVO E CONTEXTUAL

A fim de construir balizadores teóricos para a investigação, foi inicialmente realizada pesquisa do estado da arte nos seguintes bancos de dados: CAPES, SCIELO, e IBICT. A busca realizada em banco de dados - CAPES, SCIELO e IBICT – ocorreu a partir dos descritores transexualidade, ensino superior e acessibilidade.

No quadro 1, o resultado das buscas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Os resultados obtidos na busca no banco de Teses e Dissertações da CAPES, na intersecção entre os temas “transexualidade, ensino superior e acessibilidade, não foi encontrada nenhuma ocorrência para estes descritores. Considerando a conjunção das palavras-chave “transexualidade” e “ensino superior”, o resultado indica a incidência de uma dissertação: Brito (2016), estuda entre o ser negro(a) e travesti, envolvendo a análise das experiências das transexuais das mulheres negras e o impacto social desta relação.

Quadro 1 - CAPES: Consulta ao Banco de Teses e Dissertações

Palavras Chave 1	Palavras Chave 2	Palavra chave 3	Dissertações	Teses	Total de Ocorrências
Transexualidade			100	25	128
Ensino Superior	Transexualidade		1	0	1
Acessibilidade	Transexualidade	Ensino Superior	0	0	0

Fonte: < <http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em 04 fevereiro 2018

No quadro 2, em relação às publicações no portal de periódicos da CAPES, há incoerência de publicações que constem no título os descritores “Transexualidade, Ensino Superior e Acessibilidade”, simultaneamente. Considerando a conjunção das palavras-chave “transexualidade” e “ensino superior”, o resultado indica a incidência de 9 (nove) periódicos.

Almeida (2012) discutiu, de forma exploratória, a emergência de uma nova categoria identitária no Brasil, a de “homem trans”. Para o pesquisador, está se constrói diferenciando-se da identidade lésbica e, também, de expressões de gênero

de outros grupos que tiveram seus corpos assignados como femininos ao nascimento, mas que contestam essa assignação sem, contudo, se afirmarem “homens” de forma constante. Peres (2001) analisou o conceito de gênero e apresentado e discutido em suas relações com a noção de performatividade, advinda da filosofia da linguagem a partir das reflexões de Judith Butler. Galli, Vieira, Giammi e Santos (2013) desenvolveram estudo que teve por objetivo investigar os significados atribuídos a cirurgia por quatro mulheres transexuais, destacando as concepções a respeito das mudanças que a redesignação acarreta na vida da pessoa transexual. Fonseca (2013) realizou um estudo representativo dos feminismos artísticos praticados em Portugal e as condições de produção de arte feminista. Wittmann (2016), foca sua análise nas relações entre masculinidade, políticas e vivências na questão da transmasculinidade. Franco e Cicillini (2015) contextualizaram os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados por professoras trans brasileiras durante seu processo de escolarização e inserção na docência. Adelman e Rial (2013) entrevistaram Raewyn Connell, professora da Universidade de Sidney, Austrália, cientista social australiana, conhecida por seu trabalho nos campos da sociologia, educação, estudos de gênero, ciência política e história, com intuito de tornar conhecida a sua trajetória pessoal e acadêmica. Quaresma (2016) desenvolveu estudo com o objetivo de caracterizar as práticas relativas à educação sexual e descrever o tratamento que recebem as adolescentes grávidas, nas instituições educativas. Merchan-Hamann (2014) busca identificar e analisar a estrutura das representações sociais dos profissionais de saúde sobre transexualidade.

Quadro 2 – CAPES: Consulta aos Periódicos

<b>Palavra Chave 1</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>+ Palavras chave</b>	<b>Ocorrência</b>
Transexualidade	104	Ensino Superior	9
Acessibilidade	2.696		
Ensino Superior	16.548	acessibilidade + transexualidade	0

Fonte: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em 05 fevereiro 2018

De todos os periódicos identificados na base de dados da CAPES Periódicos somente dois abordam a temática da transexualidade e sua relação com a educação

- Franco e Cicillini (2015) e Adelman e Rial (2013); contudo, não especificamente a relação estabelecida como o foco do presente projeto.

No quadro 3, visualizam-se os resultados da busca na base de dados SCIELO, onde não se verifica nenhuma ocorrência resultante da busca simultânea pelos indicadores “transexualidade”, “acessibilidade” e “educação superior” e quando se utiliza os descritores “transexualidade” e “ensino superior” também não foram encontrados nenhum resultado.

Quadro 3 – Consulta na base de dados da SCIELO (últimos 6 anos)

<b>Palavras chave</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>+ Palavras chave</b>	<b>Ocorrência</b>
Transexualidade	49	Ensino Superior	0
Acessibilidade	648		
Ensino Superior	3.482	Transexualidade + acessibilidade	0

Fonte: <<http://search.scielo.org/>> Acesso em 05 fevereiro 2018

No quadro 4, visualiza-se o resultado das buscas na base de dados IBICT, verificando que, na intersecção das palavras-chave “transexualidade, ensino superior e acessibilidade, consideradas em conjunto, não se constatou nenhuma produção na base de dados. Quando da inserção conjunta das palavras chave “transexualidade” e “ensino superior”, verificou-se a incidência de 2 (duas) dissertações e 3 (três) teses. As dissertações são as seguintes: Silva (2016), que estuda as possíveis causas e efeitos do suicídio em pessoas transgênero. Neves (2011), busca com o seu estudo analisar as chamadas “co-infecções” por HIV/AIDS, Treponema pallidum e Hepatites B e C entre usuários de um Centro de Testagem e Aconselhamento. E por fim, as teses: Oliveira Júnior (2010) trata da responsabilidade médica e a autonomia – direito de decidir - dos pacientes. Duarte (2015) pesquisa sobre os impactos as representações sociais de estudantes universitários pertencentes à comunidade LGBT e os seus efeitos ao longo do processo de escolarização e projetos de vida. Kubota (2015), analisa as relações de parentesco entre os chamados “Okinawanos e não-okinawanos” - japoneses provenientes da referida região japonesa e os não provenientes - em Campo Grande.

Quadro 4- Consulta na base de dados da IBICT

Palavras chave	Palavras chave	Dissertações	Teses	Total de ocorrências
Transexualidade		114	49	163
Ensino Superior		12.973	5.255	18.228
Acessibilidade		1.923	610	2.533
Acessibilidade	Transexualidade + Ensino Superior	0	0	0
Transexualidade	Ensino Superior	2	3	5

Fonte: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Advanced> Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

Através da consulta realizada em banco de dados – CAPES (Teses e Dissertações), CAPES (Periódicos), SCIELO, e IBICT, e dos resultados obtidos, observa-se que as produções acadêmicas com os descritores “Transexualidade”, “Ensino Superior” e “Acessibilidade” são inexistentes, e com os descritores “Transexualidade” e “Ensino Superior”, simultaneamente identificadas, são escassas, o que instigou a investir neste campo de pesquisa proposto pela dissertação.

### 3. CONCEITOS E REFLEXÕES SOBRE A VIVÊNCIA TRANS

A transexualidade, enquanto categoria surge a partir da década de 50 do século XX nos Estados Unidos, em que começam a surgir publicações que registram e defendem a especificidade do fenômeno para três pesquisadores - Harry Benjamin, John Money e Robert Stoller – propõem uma classificação psicopatológica que ganhou repercussão científica mundial, especialmente com o lançamento do livro “*O fenômeno transexual*”, em 1966 (BENTO, 2017).

No Brasil, a temática da transição entre os gêneros, não condicionada à associação com a criminalidade ou com a prostituição, e obtendo visibilidade nos meios de comunicação deu-se a partir dos anos 80, com o “fenômeno Roberta Close<sup>5</sup>”. Enquanto no campo da medicina ele já estava presente pelo menos uma década antes, quando o médico cirurgião Roberto Farina<sup>6</sup>, em 1971, realizou a primeira cirurgia de transgenitalização no Brasil, em Waldirene Nogueira no hospital Osvaldo Cruz na cidade de São Paulo, ocasionando-lhe processos na esfera criminal e no Conselho Federal de Medicina, tendo sido condenado em ambos.

Importante destacar a história de João que foi o primeiro transexual masculino, ou trans homem a ser noticiado no Brasil no ano de 1984, ano em que lançou seu livro *Erro de Pessoa*. O que se trata aqui é de uma minoria, pois um transexual que mudou seu corpo de mulher para homem, processo mais complicado e precário do que o inverso. “A cabeça já nasceu pronta, mas fisicamente Joana virou João W. Nery de vez aos 27 anos, em 1977, vinte anos antes de esse tipo de cirurgia ser legalizada no país”. (NERY, 2011).

Até o ano de 1997, esta cirurgia era proibida pelo conselho de ética do Conselho Federal de Medicina (CFM), considerada como crime de lesão corporal disposto no artigo 129§ 2º, III do Código Penal Brasileiro (CPB), assinalando-se que a maioria das pessoas transexuais brasileiras que passaram por este processo até então, ou o fizeram em países estrangeiros ou ilegalmente no Brasil (LEITE, 2014).

---

<sup>5</sup> Roberta Close é o nome artístico de Roberta Gambine Moreira modelo, atriz, cantora e apresentadora transexual suíça-brasileira. Foi a primeira modelo transexual a posar nua para a edição brasileira da revista *playboy*. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberta\\_Close](https://pt.wikipedia.org/wiki/Roberta_Close). Acesso em 16 de agosto de 2018.

<sup>6</sup> Roberto Farina cirurgião brasileiro a realizar a primeira cirurgia de redesignação sexual em uma mulher transexual chamada Waldirene Nogueira no ano de 1971 na cidade de São Paulo. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso\\_Roberto\\_Farina](https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Roberto_Farina). Acesso em 16 de agosto de 2018.

De acordo com Alves e Moreira (2014), anteriormente para a Classificação Internacional de Doenças <sup>7</sup>(CID-10), se identificava “transexualismo”<sup>8</sup> como o desejo de viver como o outro gênero, à necessidade de receber intervenções hormonais e cirúrgicas e ao profundo mal-estar com o seu próprio sexo anatômico. Mas, em 18 de junho de 2018 a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou uma nova edição da(CID), na qual a transexualidade foi retirada da lista de transtornos mentais.

Conforme a nova classificação (CID-11), as identidades trans deixam de ser consideradas “transtorno de gênero” e passam a ser diagnosticadas como “incongruência de gênero”, uma condição relativa à saúde sexual. Um dos motivos de não ser retirado completamente da CID é para que a população trans tenham sua condição reconhecida pelos médicos e hospitais e assim, obter auxílio médico se desejarem, bem como, políticas públicas de saúde.

No entendimento de Alves e Moreira (2014), refletir sobre transexuais e travestis é compreender possibilidades de expressão de gênero que fogem ao determinismo reducionista do sexo-gênero. Encontrar um consenso entre os estudiosos do campo de gênero é complicado, ou entre aqueles que representam o movimento social LGBT sobre uma admissível distinção universal entre os vocábulos “travesti” e “transexual”. As concepções são fluídas e, muitas vezes, singularizadas, possibilitando diferentes abordagens, desenhos e delineamentos subjetivos.

Quando nascemos, o sexo biológico logo é identificado como menino ou menina. E segundo Reidel (2013), somos registrados de acordo com o gênero biológico exposto. No transcorrer da infância, algumas crianças contudo começam a demonstrar expressões e comportamentos diferentes dos modelos estabelecidos pela sociedade heteronormativa. Por consequência estes modelos ditados, afirmam que menino tem que agir e brincar como um menino; e a menina deverá usar cor de rosa e brincar assim como uma menina brinca e que menina não poderá jogar futebol e menino não deverá usar maquiagens.

Ainda assim, há uma transgressão e subversão em relação a essa sequência. Segundo Louro (2016), como não está definida e resolvida de uma vez por todas e como não pode ser decidida e estabelecida num só golpe, a regra precisará ser

---

<sup>7</sup> CID é uma lista publicada pela Organização Mundial da Saúde que tem a função de padronizar os nomes e sintomas de todas as doenças, distúrbios e condições médicas facilitando assim o diagnóstico e o tratamento realizados por profissionais da saúde do mundo inteiro.

<sup>8</sup> Transexualismo era maneira como tratavam no CID 10, como uma doença.

reiterada continuamente, com sutileza e eficiência, de maneira explícita ou dissimuladamente.

Mesmo que existam regras, que se tracem planos e sejam criadas estratégias e técnicas, haverá aqueles e aquelas que rompem as regras e transgridem os arranjos. A imprevisibilidade é inerente ao percurso. Tal como numa viagem, pode ser instigante sair da rota fixada e experimentar as surpresas do incerto e do inesperado. Arriscar-se por caminhos não traçados. Viver perigosamente. Ainda que sejam tomadas todas as precauções, não há como impedir que alguns se atrevam a subverter as normas. Esses se tornarão, então, os alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação ou de punição. Para eles e para elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões (LOURO, 2016, p.16).

Assim, conforme diz Lanz (2015), a sociedade permanece cometendo o exagero de situar em dois únicos órgãos, a vagina e o pênis, a responsabilidade pelo início e a permanência de um imenso arsenal de diferenças que existem entre o homem e a mulher, a maior parte delas completamente irreais e sem fundamentos, talvez por preguiça, para tornar mais simples e mais fácil ou mesmo excesso de conservadorismo. Estas diferenças compreendem desde coisas inocentes e prosaicas, bem como, cores e tipos de roupas próprias e impróprias para cada categoria de gênero, inclusive complexos e sofisticadas características físicas, comportamentos, maneiras, estilos de vida e participações e funções na família e sociedade.

As identidades são sempre construídas, da mesma maneira na dinâmica do gênero, assim como, na dinâmica das sexualidades, e para Louro (2014), elas não são dadas ou acabadas em um momento estabelecido. Não sendo possível determinar um momento, seja esse o nascimento, a adolescência, ou mesmo a maturidade que possa ser tomado como aquela pessoa que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja determinada ou estabelecida. E as identidades são instáveis, estão sempre se constituindo e, portanto passíveis de serem transformadas. Possivelmente pensando as identidades de gênero em que estão continuamente se construindo e se modificando em suas relações sociais, atravessadas por discursos distintos, símbolos, representações e práticas, as pessoas estarão se construindo como masculinos e femininos, arrumando ou desarrumando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e estar no mundo. Essas construções e essas arrumações são sempre provisórias, modificando-se não somente ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação como as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, e de classe.

Os próprios sujeitos com certeza estão comprometidos na produção do gênero e sexualidade de seus corpos. E no entendimento de Louro (2016), o processo não é realizado ao acaso ou ao capricho de sua vontade. Entretanto, os sujeitos não a exercitam livres de intimidações, mesmo sendo participantes ativos dessa construção. Um modelo heterossexual define os padrões a serem seguidos e contraditoriamente fornecerem as pautas para as transgressões e descumprimentos. É em relação a essa matriz que se fazem não somente os corpos que se sujeitam às regras de gênero e sexuais, mas também os corpos que a subvertem.

Segundo esclarece Louro (2014), desfazer a polaridade rígida dos gêneros significaria então, problematizar tanto a oposição entre eles quanto a singularidade interna de cada um. Pressupõem-se que o polo masculino contém o feminino (de maneira desviante, esquecido, reprimido) e vice-versa; implicaria perceber também que cada um dos polos é profundamente fragmentado e dividido (afinal de contas não existe a mulher, mas muitas e diferentes mulheres que não são iguais entre si, que conseguem ou não ser solidárias, cúmplices ou adversárias). A desconstrução intervêm contra essa lógica, pois faz perceber que a oposição é construída e não inerente e fixa. Propõe a desconstrução que se busque os processos e as maneiras que se estabeleceram os termos da polaridade através da historização e da hierarquia nela implícita.

Na concepção de Louro (2014):

Uma das consequências mais significativas da desconstrução dessa oposição binária reside na possibilidade que abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente. A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um polo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia singular de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito “gênero” (LOURO, 2014, p.38).

Dito isso, a palavra francesa “travesti” para França (2016), tem possível origem no século XVI sendo usada preferencialmente para determinar a ideia de disfarce e rapidamente associada ao campo do teatro. Acreditando que é neste contexto que esta palavra chegou ao Brasil e logo foi incorporada aos meios artísticos e das festas populares brasileiras. No sentido de se “disfarçar” do sexo oposto, independente do comportamento, orientação ou identidade sexual da pessoa travestida – questões

relevantes apenas a partir do fim do século XIX, com o desenvolvimento da ciência sexual e a associação entre travestismo e sexualidade.

Para Bento (2011), a tentativa inicial de estudar as categorias travestis e transexuais como se realmente fossem categorias standartizadas, demonstra uma impossibilidade que decorre da confluência de ideias, vivências e estratégias da experiência concreta e cotidiana. Mesmo considerando as definições clínicas, constantes dos manuais em vigor – Classificação Internacional de Doenças (CID) e Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos Mentais (DSM) - não há limites claros entre as próprias identificações das pessoas que se auto definem como travestis, transexuais, gays, mulheres de verdade, drag-queens, crossdressers, transformistas, homossexuais masculinos extremamente afeminados, homossexuais femininas altamente masculinizadas.

Portanto, afirma a autora, travestismo e a transexualidade tiveram um início dissociado da sexualidade e do erotismo e a questão trans é histórica e teve diferentes denominações e significados, ligados às representações de sexo e gênero em diferentes momentos históricos.

Os modos de ser e as subjetividades são produzidas socialmente. A partir desta premissa, travestis e transexuais vivenciam dimensões de gênero no qual ficam evidentes a fabricação e a manipulação de seus corpos. Desta forma, considerados ambivalentes e não adequados ao padrão de normalidade, esses sujeitos vivenciam múltiplas relações nas quais “sexo, gênero, corpo e desejo se combinam, se recombinaem ou, ainda, não se combinam”. (ALVES; MOREIRA, 2014).

Para Carvalho e Carrara (2013) parecem ser hegemônicos dois modelos na construção de organizações de travestis no Brasil: algumas surgem da sua auto-organização, geralmente em resposta à violência policial nos locais de prostituição; outras, a partir da ação de Organizações não governamentais (ONGs) vinculadas ao movimento homossexual ou ao movimento de luta contra a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), através de projetos de prevenção junto à população de travestis e profissionais do sexo.

No Brasil, há cinco hospitais universitários<sup>9</sup> que realizam as cirurgias de redesignação ou transgenitalização<sup>10</sup>. Contraditoriamente, não há leis que regulamentem o processo transexualizador no país. Para quem vive a experiência transexual, essa lacuna legal é trágica. Após a cirurgia e de todas as transformações corporais, as pessoas transexuais ainda têm que apresentar documentos com o gênero não identificado, o que gera constrangimentos como abrir uma conta em um banco, ter um cartão de crédito, fazer uma matrícula, procurar um emprego. (BENTO, 2008).

Duas questões são fundamentais para Bento (2008): formular leis de reconhecimento e não de autorização, e que se orientem pelo princípio do direito à identidade de gênero (e não de identidade sexual), recuperando o gênero como dimensão social e seguindo a linha da legislação britânica e argentina<sup>11</sup>, está promulgada em 9 de maio de 2012 pelo Congresso argentino.

Para França, Nogueira e Araújo (2016), ainda que a Constituição federal de 1988 traga um conceito amplo de cidadania, às pessoas transexuais são excluídas de seus direitos e de uma perspectiva de vida com qualidade, dignidade, respeito, e segurança, o que resulta na marginalização social e na violência psicológica, moral e física. A sociedade propõe um julgamento injusto e a perseguição a estas populações no intuito de cercear seus direitos e muitas vezes aniquilar suas vidas, em nome de religiões, do preconceito ou pelo machismo.

Frequentemente, nos discursos de senso comum, as categorias transexuais e travestis são confundidas. Isto se dá não só na acepção dos termos, mas também na identificação dos sujeitos que assim se reconhecem. (BENTO, 2011). A

---

<sup>9</sup> Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás - Goiânia (GO); Hospital Universitário Pedro Ernesto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ); Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre (RS); Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina FMUS, Fundação Faculdade de Medicina MECMPAS – São Paulo (SP); Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco – Recife (PE).

<sup>10</sup> Os termos redesignação ou transgenitalização são termos utilizados pelos órgãos oficiais como o Conselho Federal de Medicina e o Ministério da Saúde. Mas, há uma tendência no movimento LGBTI+ de acreditar que o termo readequação de sexo e gênero é o que deve ser utilizado (Manual de Comunicação LGBTI+, 2018).

<sup>11</sup> A lei de identidade de gênero Argentina “estabelece que toda pessoa tem o direito ao reconhecimento de sua identidade de gênero, ao livre desenvolvimento de sua pessoa, a ser tratada de acordo com sua identidade de gênero e a ser identificada desse modo nos instrumentos que credenciam sua identidade”. Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortallInternacionalNoticias&idConteudo=230872>. Acesso em 10 de julho de 2018.

heteronormatividade<sup>12</sup> consiste no processo de efetivação e naturalização da heterossexualidade como a única forma possível e legítima de manifestação identitária e sexual. Com isso, criou-se um conjunto de dispositivos que se vinculam diretamente à produção de corpos, sujeitos e identidades definidos e coerentes com a sequência corpo/gênero/sexualidade. Nesse processo, consolidou-se a crença na natureza de divisão binária entre os corpos, macho/fêmea, e, conseqüentemente, gêneros distintos, homem/mulher, bem como a atração afetivo-sexual entre sexos opostos, masculino/feminino. (FRANCO; CICILLINI, 2015).

Ainda que, teoricamente, há disputa quanto aos modos de compreender e atribuir sentido a esses processos, elas e eles costumam concordar que não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente. (LOURO, 2008).

Bento (2011) afirma que não há uma predestinação em cumprir a determinação de nossas estruturas corporais. O sistema não consegue a unidade desejada. Existem corpos que fogem ao processo de fabricação dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque descumprem as normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas.

Em 2008, com a realização da I Conferência LGBT, o movimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT -assumiu para si a demanda da utilização do nome social nos registros escolares de travestis e transexuais, até então circunscrita ao movimento de travestis e transexuais. A Conferência utilizou uma justificativa incorporada e transformada em narrativa comum do movimento social, que consiste em dizer que por apresentarem um nome civil em desacordo com gênero e a aparência de seus corpos, tais indivíduos não tiveram as mesmas condições de frequentar a escola e adquirir a formação mínima exigida para o mercado de trabalho formal. Conseqüentemente, essa situação de exclusão escolar atribui a esses indivíduos, um único tipo de inserção, isto é, a prostituição. (SANTOS, 2015, p.3).

Assim, os “gêneros inteligíveis”, que funcionam predominantemente ainda hoje, se organizam segundo a lógica do tem pênis, logo é homem, masculino e deve sentir atração afetivo-sexual por mulheres (é heterossexual), e tem vagina, logo é mulher, feminina e deve sentir atração afetivo-sexual por homens. Nesse campo, tanto pessoas homossexuais, bissexuais, quanto intersexuais, travestis, transexuais e

---

<sup>12</sup>Heteronormatividade para Lanz (2015) diz respeito ao conjunto de normas e processos legais e institucionais que certificam a heterossexualidade o monopólio da normalidade. [...] todos os processos de relacionamento humano na sociedade e que vivemos são constituídos pela base conceitual e ideológica da heteronormatividade.

todas aquelas que quebram essa pressuposta continuidade podem ser consideradas abjetas. (LEITE, 2012).

Para Butler, (2016) gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.

Preciado (2017), esclarece que a nova sociedade assume o nome de sociedade contrassexual pelo menos por dois motivos; o primeiro e de maneira negativa: que a sociedade contrassexual se dedica à desconstrução sistemática da naturalização das práticas sexuais e do sistema de gênero. E segundo, e de maneira positiva: a sociedade contrassexual declara a equivalência, e não a igualdade de todos os corpos sujeitos falantes que pactuam com os termos do contrato contrassexual devotado à procura do prazer-saber.

Da mesma forma a contrassexualidade é uma teoria do corpo que se localiza fora das oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade. Ela explica a sexualidade como tecnologia e reflete que os diferentes fundamentos do sistema sexo/gênero denominados “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual”, “transexual”, assim como suas práticas e identidades sexuais não deixam de ser máquinas, produtos, instrumentos, aparelhos, truques, próteses, etc (PRECIADO, 2017).

Assim, para Preciado (2017), os homens e as mulheres são concepções metonímicas do sistema heterossexual de elaboração e reprodução que permite a sujeição das mulheres como mão de obra sexual para fins de reprodução. Esse tipo de exploração é estrutural, e os privilégios sexuais que os homens e as mulheres heterossexuais retiram, forçam a diminuir a superfície erótica aos órgãos sexuais reprodutivos e a oportunizar o pênis como o único centro mecânico de realização de impulso sexual. Seria necessário sacudir as tecnologias da escritura do sexo e do gênero, assim como as instituições. Não deveria ser a substituição de determinados termos por outros. Não se trataria nem mesmo de se desfazer das demarcações de

gênero ou das citações à heterossexualidade, mas sim de alterar as configurações de enunciações.

Araújo; Silva (2016), esclarecem que diversas instituições são causadores dessa produção e reprodução dos discursos normativos e de regulação, desde a família aos espaços escolares, onde está localizada a escola formal, como um espaço regularmente presente durante muitos anos na vida das pessoas, sendo responsável pela sua socialização e pelo seu conhecimento. Desta forma, a escola enquanto instituição de formação de crianças, de adolescentes, de jovens e também de adultos, assume um papel importante na transformação social, apesar de estudos apontarem a escola como um ambiente de intolerância, desigualdades e violências. Assim, a escola é produtora da verdade e do poder e através de estratégias normalizadoras e disciplinares produz corpos assujeitados.

Butler (2016), esclarece que:

(...) o abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabilidade constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, “dentro” do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio. (BUTLER, 2016, p.155).

Através dos processos culturais é que se define o que é ou não natural. Louro (2016), refere que produzindo e transformando a natureza e a biologia conseqüentemente, as tornaremos históricas. Socialmente os corpos ganham sentido. A inscrição dos gêneros feminino ou masculino nos corpos é realizada no contexto sempre de uma cultura específica e, assim, com as marcas dessa cultura. As formas de manifestar os desejos e prazeres sempre são socialmente estabelecidas e codificadas. Portanto, as identidades de gênero e sexuais são desenvolvidas e definidas por relações sociais e formatadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Na concepção de Louro (2001), *queer* pode ser compreendido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. A expressão pode ser utilizada de forma pejorativa para caracterizar homens e mulheres homossexuais. Essa expressão, com toda sua carga de extravagância e de zombaria, é utilizada por uma vertente dos movimentos homossexuais justamente para caracterizar seu entendimento de oposição e de contestação. *Queer* significa para esse grupo se

posicionar contra a normalização, venha ela de onde vier. A heteronormatividade compulsória da sociedade é seu alvo mais imediato de contestação, mas também sua crítica refere-se a normalização e a estabilidade recomendadas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Assim, *queer* reproduz claramente a diferença que não quer ser assimilada ou compreendida e, conseqüentemente, sua forma de ação é mais transgressiva e perturbadora.

No entendimento de Silva (2008), o pensamento acadêmico *queer* foi elaborado a partir de uma objeção ao movimento social homossexual norte americano de características conservadoras que privilegiava a representação do homem branco, homossexual de classe média alta e eliminava a diversidade presente no movimento de luta para obtenção da liberdade sexual, que também era formado por não brancos, travestis, lésbicas e transexuais. Os pensadores *queer* compartilham as ideias que a heteronormatividade e as hierarquias sexuais necessitam ser indagadas, para que outras realidades sejam visíveis e também que não existe linearidade entre sexo, gênero e desejo, uma vez que as identidades instituídas de ilimitadas configurações entre estes elementos estão em constantes transformações e sempre receptivas ao novo.

As experiências de trânsito entre os gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. (BENTO, 2011).

#### 4 A TRANSEXUALIDADE E A EDUCAÇÃO

Para Santos (2015), no Brasil pós-88, com o desenvolvimento da ideia de “sujeito de direitos” e a promulgação da Constituição Federal de 1988, algumas personagens das sexualidades, que se manifestam fora da norma heterossexual, têm se organizado em busca do acesso às políticas públicas, dentre as quais a educação. Em Brasil (2017), um dos objetivos fundamentais da República Brasileira é promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A escola como um local em que as pessoas procuram para estudar, conhecer e conforme diz Lanz (2015), desenvolver muitos papéis de gênero que desempenharão em toda sua vida, este ambiente escolar será um dos locais mais privilegiados para o conhecimento e o exercício de gênero. Para ela será dentro da escola que as pessoas mais aprenderão a ser homem e a ser mulher. Facilmente poderá se concluir que, em uma sociedade que existe somente duas categorias de gênero, homem e mulher, as pessoas transgêneras permanecerão “deixadas de fora” dos padrões de educação apresentados às crianças, jovens e adultos.

De acordo com Lanz (2015), os padrões socioculturais de homem e mulher em que os adultos introduzem às crianças na família e na escola influenciarão a formação dos seus modelos de gênero para toda a vida. A menina e o menino quando entram para a escola já estão doutrinados e ensinados por suas famílias e outros grupos da sociedade quais são os brinquedos específicos para meninos e quais são os brinquedos das meninas, bem como que tipo de roupas devem usar os meninos e meninas. Assim, se não desejarem ser tratados como “diferentes”, obtendo o estigma resultante dessa diferença, se quiserem sobreviver dentro do sistema escolar, os estudantes trans, estão sempre entre o dilema de encararem um sistema que lhes é hostil, ou abdicarem de ser, quem são, submetendo-se ao padrão heteronormativo cisgênero da escola.

Oliveira Júnior; Maio (2016) trazem que na atualidade, a sociedade, o Estado, as culturas midiáticas, as leis, a religião, a escola, assim como outras instituições, insistem na perpetuação e manutenção de suas estratégias como as bases identitárias que são tomadas como referências e, conseqüentemente acabam por estimular a re/produção das diferenças. A heteronormatização é uma das dinâmicas

estabelecidas pelas instituições e muito divulgada em nossa sociedade como parâmetro de normalização.

A transfobia<sup>13</sup> escolar tende a desconsiderar os graves efeitos de subjetivação produzidos pelas suas estratégias e discursos que re/produzem identidades e diferenças, expondo E.T. a situações vexatórias de vulnerabilidade, expulsando-os(as) compulsoriamente da escola, sob a invisibilidade do pretexto de fracasso escolar, por não terem seus direitos básicos respeitados, sujeitando-os(as) à informalidade ou situações degradantes de sobrevivência, quando não conseguem colocação no mercado de trabalho pela desqualificação profissional, aliando essas estratégias ao preconceito e à discriminação (OLIVEIRA JÚNIOR; MAIO, 2016, p.170).

Oliveira Júnior; Maio (2016), chamam a atenção para o momento no qual todas as pessoas são agentes responsáveis por uma educação equitativa, na qual a escola não deve se eximir de seu papel na formação do ser social, viabilizando o desempenho da plena cidadania. Como direito desse exercício é relevante na vida social das pessoas trans a inserção de temas que tragam impactos positivos. Nesse contexto, será defendida a efetivação de estratégias pedagógicas, curriculares e de programas continuados de controvérsia sobre temas como identidade de gênero, violência de gênero, transfobia, demonstrações da sexualidade, entre outros, que se regulem não somente na inclusão de professores(as), mas toda a comunidade escolar, evitando que os estudantes trans sejam vítimas do autoritarismo e expulsão escolar obrigatória.

Na concepção de Silva (2008), a escola figura como uma instituição que silencia a dor sofrida e legitima as normas e valores hegemônicos da sociedade heteronormativa, bem como a agressão aos seres que não se enquadram na ordem de gênero instituída. Os gestos e ações cotidianas expressam a mensagem de que o espaço educacional não os acolhe, e isso atinge a sua autoestima e acaba por produzir uma autoimagem de ser anormal. E muitas vezes, os professores(as) que detêm a autoridade simbólica e deveriam mediar os conflitos que surgem, não se encontram preparados e além disso possuem valores e regras interiorizadas que são ligadas. Alguns educadores muitas vezes tentam desenvolver um processo de socialização e acolhimento desses alunos/as na comunidade escolar.

---

<sup>13</sup> Por transfobia entende-se medo, repulsa e/ou aversão a quaisquer expressões de gênero para além do binômio masculino-feminino. A pessoa transfóbica desenvolve o desejo mórbido e obsessivo de isolar, lesar, amedrontar, espancar ou até mesmo de matar pessoas transexuais e travestis, [...] (LANZ, 2015).

Além da sala de aula, Silva (2008), explica que existem outros espaços escolares que trazem experiências marcantes na vida das alunas travestis, como as aulas de educação física, o recreio no pátio e os momentos de idas ao banheiro. O espaço da escola surge na vida das travestis como um território de treinamento para a vida em sociedade. Contraditoriamente ao que a sociedade tem como o ideal, a escola reflete e reforça os modelos de exclusão que estão colocados e naturalizados. Reforçando as diferenças de renda, cor e gênero, educando para a repetição dos padrões hegemônicos.

Nos discursos de gestores/as professores/as e alunos/as, Andrade (2012), diz que estes impõe o assujeitamento as travestis como seres anormais destituídas de direitos. Por não se enquadrarem no universo masculino ou feminino com seus comportamentos disciplinados, são ocultadas, negadas e/ou violentadas na sociedade e na escola. Negar as travestis na sala de aula resultará no aprisionamento e na exclusão, que as converterá em pessoas desviantes e indesejadas. Ocorrendo isso no ambiente escolar, normalmente se deve a uma pressão intensa o que levará as travestis a abandonar os estudos, sendo difundida a ideia de que foi sua própria escolha. Este argumento tenta encobrir o fracasso da escola em se defrontar com as diferenças, camuflando o processo de evasão involuntária, conduzido pela escola. Assim como Bento (2011), que diz que o que ocorre nas escolas é um processo de expulsão e não simplesmente de evasão no momento em que se pretende eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço da escola que é uma das instituições que funciona como a guardiã das normas de gênero e produtora da heterossexualidade.

O que vem ocorrendo no Brasil com a ampliação da educação básica ancorada no princípio da inclusão social é que estão emergindo temáticas específicas sobre a exclusão de pessoas transexuais, travestis e transgêneros nas escolas brasileiras. O ano de 2010 representou um marco sobre essa questão, visto que um grupo de professoras travestis e transexuais sugeriram a criação de um grupo de trabalho no XVII Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que trabalham com AIDS (ENTLAIDS), realizado em Aracajú, Sergipe. Esse grupo teve como objetivo originar um espaço de discussão e de criação de medidas políticas junto ao movimento organizado de pessoas transexuais brasileiras priorizando, especificamente, as questões que envolvem travestilidade, transexualidade e educação. Assim, criaram a Rede de educadoras/es Trans Brasileiras, a Rede TransEduc Brasil (FRANCO; CICILLINI, 2015).

No ano de 2017, após um encontro das professoras Andreia Laís Cantelli e Sayonara Nogueira na cidade de Belo Horizonte, propôs-se a formulação novamente da Rede TransEduc Brasil, com o nome de Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). E foi nesse seminário, que em uma conversa informal esse trabalho se tornou realidade. Deu-se início a partir de 10 de outubro de 2017 em uma assembleia e reorganizando as funções e pensando no IBTE como um instituto de produção de pesquisa e conhecimento, parcerias com grupos de pesquisa e estudos de gênero, sexualidade e educação de Universidades Públicas e Privadas, bem como com secretarias de ensino das esferas municipais, estaduais e o Ministério de Educação e Cultura. (NOGUEIRA, 2018).

Nogueira (2018), esclarece que o IBTE, tem como característica promover as discussões de pesquisa, produção de conhecimento e todas as necessidades que envolvem os processos de educação, assim como o monitoramento da violência contra as pessoas trans. Todo conteúdo desenvolvido por pessoas trans. Onde o percurso histórico dos movimentos “homossexual, GLBT e LGBT” no Brasil, a população de travestis, mulheres e homens transexuais viveram na margem do processo de produção de políticas públicas, do mercado de trabalho, da educação e demais demandas sociais cotidianas e rotineiras para todas as pessoas cisgêneras, inclusive as que tangem os processos de exclusão, que para as pessoas trans isso é algo ainda mais agravante e violento. (NOGUEIRA, 2018).

Desde 2014, na realização do ENEM, travestis e transexuais podem ser identificados/as pelo nome social nos dias e locais de realização das provas. Para isso, os/as candidatos/as necessitam fazer uma solicitação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Como êxito desta política vale salientar que desde que o direito de usar o nome social foi adotado. Observou-se que houve um crescente número de pessoas trans adentrando às portas das universidades. O nome social não só convidou esta população a se submeter ao exame, como abriu as portas da educação superior para este segmento. (FRANÇA; NOGUEIRA; ARAÚJO, 2016).

Silva (2016), observa que a solicitação da utilização do nome social para o ENEM tem um período pré-estabelecido e que também deverá ser feito o encaminhamento de um formulário disponível no site do INEP, bem como documentos de identificação e foto recente. Toda essa burocracia, mesmo que justificada é algo que poderá impossibilitar a participação de muitas pessoas no exame, ou mesmo

fazer a prova sem usarem o nome social. O que acontece é que estas exigências determinam quem poderá usar o nome social, desprezando a possibilidade da auto declaração como ocorre com as cotas raciais. É um modo de dizer quem é trans e quem poderá usar o nome social.

Segundo Jesus (2012), o nome social <sup>14</sup>é o nome pelo qual as travestis e pessoas transexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero. Já no entendimento de Silva (2016), a oportunidade de utilização do nome social na prova do ENEM não significa garantia de tratamento com respeito, pois ainda ocorrem muitos relatos sobre a incapacidade dos aplicadores do exame ao lidar com o contexto dos alunos trans. Sendo costumeiro no ano de 2015 constrangimentos para as mulheres trans, com nomes no masculino e quanto ao uso do banheiro. A viabilidade da utilização do nome social é uma estratégia incentivando a realização da prova do ENEM, mas não garante o respeito, pois mesmo que haja uma normativa não significará que no dia-a-dia, as relações sociais de desrespeito à identidade de gênero tenham conseguido ser desconstruídas.

É importante ressaltar, entretanto, que cada Estado implementa essa ação de forma diferente. Além do nome social nos registros escolares, no Estado do Rio Grande do Sul<sup>15</sup>, por exemplo, a Coordenação de Políticas Públicas para LGBT instituiu também a carteira de nome social para travestis e transexuais, isto é, um documento físico semelhante à carteira de identidade comum, com valor de registro civil, que traz a inscrição do nome social e o número do registro geral de travestis e transexuais. (SANTOS, 2015).

A Resolução n. 12 (anexo A), publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2015, elaborada pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD - LGBT), espaço institucional ligado à Secretaria de Direitos Humanos (SDH), da Presidência da República, composto por ativistas do movimento social LGBT e por profissionais do governo federal, apresenta posicionamentos e orientações explícitas sobre questões importantes, direcionadas a todos os níveis e modalidades de ensino.

---

<sup>14</sup>Estabelecido pelo decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 que dispõe sobre o nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (anexo B).

<sup>15</sup> Instituí a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais através do Decreto nº 49122 de 17/05/2012, no Estado do Rio Grande do Sul (anexo C).

Tais como: a ampliação do público ao qual está relacionada; o uso do banheiro escolar de acordo com a “identidade de gênero”; a forma de utilização do nome social nas escolas e o reconhecimento da “identidade de gênero” de pessoas trans menores de 18 anos. Com essa regulamentação, uma presença trans tem-se feito sentir cada vez mais nos tempos e espaços escolares (SANTOS, 2015).

Silva (2008) afirma que os maiores conflitos no espaço escolar relatados pelas travestis ocorrem nos banheiros. A organização física rígida de separação entre o masculino e o feminino demonstra a experiência das alunas apreensivas pela reprodução da heteronormatividade e pela oposição à ordem estabelecida. O banheiro desempenha um papel na estrutura da escola que é muito mais que um local de realização de necessidades fisiológicas existentes para os corpos estabelecidos e separados como femininos ou masculinos. Os corpos generificados tem o banheiro como parte fundamental para essa reprodução e separação por categorias.

Os banheiros nas escolas, segundo Silva (2008), aparecem como espaços privilegiados para marcar as fronteiras entre o feminino e o masculino surgindo nas falas das travestis com particularidades marcantes de suas estruturas existentes e suas ações e os sentidos por elas provocadas. Como os constrangimentos evidentes pela utilização dos mictórios abertos, a falta de equipamentos e de áreas reservadas, são elementos de seus relatos. Incorporar a determinação do lugar imposto no banheiro escolar é além de um simples mal estar até a possível exclusão, acabando por evidenciar as limitações a que estão sujeitas as alunas.

Reidel (2013, p. 94):

O “bafo” do banheiro é uma realidade para as travestis e transexuais que vivem na fronteira da heteronormatividade. O banheiro, principalmente o público, foi feito dentro dos padrões heteronormativos, ou seja, a norma é ter um banheiro masculino, para homens e um banheiro feminino, para mulheres. E, para travestis e transexuais, haveria um terceiro banheiro?

Santos (2015) declara que pessoas que produzem seus corpos e identidades de gênero, de maneira diferente daqueles atribuídos de acordo com a genitália do nascimento, e que se atrevem em entrar nos espaços e tempos escolares como estudantes em geral, provocam estranhamentos, inconvenientes, atenções e boatos, desorganizando a ordem da escola. Corpos e subjetividades fabricadas desde a subversão das normas rígidas de gênero da sociedade ocidental modernas circulando pela escola. Assim, a imposição desta presença às instituições escolares não ocorrerá sem que a própria instituição tente regular sua permanência. Para Silva (2008),

mesmo disfarçadas, as travestis vivenciam estes espaços da escola e a geografia pode dar voz à estas pessoas emudecidas e modificar a ordem instituída que tem tornado natural as injustiças do cotidiano instigadas pela determinação da heteronormatividade.

Santos (2015) atribui que os impactos do poder que fabricam os processos de exclusão de transexuais são intensificados quando a análise é deslocada para as instituições, assim como as escolas. As escolas não suportam trabalhar com transexuais, pois empreendem mecanismos com vistas a estabelecer a norma heterossexual. Possivelmente pelo deslocamento das normas utilizadas por essa experiência, pois após ter iniciado o processo transexualizador, com a ingestão de hormônios, a colocação de próteses ou a retirada de partes do corpo, dificilmente se regressará às normas de gênero e sexualidade. São sujeitos que desaparecem à eficaz política de governo de corpos e subjetividades no funcionamento do mecanismo escolar.

Silva (2008), afirma que ao pesquisar as práticas espaciais urbanas do grupo de travestis ocorria uma representação da escola. O espaço escolar é percebido como parte da realidade socioespacial da cidade que é constituído de relações e é por elas paralelamente instituída. Em uma primeira noção, a escola é o espaço da inclusão, da convivência das diferenças, do acesso igualitário ao conhecimento, para as travestis a escola é lugar de sofrimento de violência e agressão cotidiana à sua autoestima, eliminando suas possibilidades de aquisições materiais e sociais futuras. A escola retrata o texto predominante da heteronormatividade já vivenciado na cidade. No entanto, segundo elas, em outros lugares da cidade em que são marginalizadas elas podem deixar de frequentar. Já a escola não é um compromisso a ser cumprido, é forçada pela família, pela sociedade como necessária, sendo seu maior tormento.

Segundo Andrade (2012), a escola tenta repetir os ditames do sistema social, logo, o que ocorre com as travestis na escola não é algo próprio a ela, mas representa nela, bem como na família, na universidade, no trabalho, na rua e outros espaços. Funcionários, professores e gestores em sua maior parte aprenderam no convívio da família, da escola e da sociedade que os sexos definem o gênero e como consequência seu desempenho social, tornando tudo natural, fixo e intransponível. O que fugir do padrão hegemônico estabelecido será submetido à pedagogia da violência e da dor como maneira de correção. Na escola, essas pedagogias são praticadas são utilizadas pelos educadores com boas intenções, pensando no preparo

e na inserção social dos(as) jovens em uma cultura heteronormativa, também sendo está uma exigência da sociedade. Para as travestis a garantia à escola quer dizer adequar seu comportamento aos gêneros inteligíveis para assegurar sua continuidade na escola. Não ocorrendo resistências, a prática permanece, restando às alunas a adaptação às normas ou a evasão involuntária.

Para Silva (2008) a escola gerou dor, desrespeito e atuou seguramente para a formação de representações sociais negativas que auxiliam na violência e hostilidade que envolvem as travestis. Esse espaço impedido se produz na existência cotidiana das travestis e a escola é um elemento evidente de contribuição da marginalidade social em que vivem na idade adulta. A escola como uma representação de um lugar de solidariedade, igualdade, saber e inclusão é negada nas opções de vida construídas por essas pessoas.

## 5 MARCOS LEGAIS DO MOVIMENTO LGBT

A educação, enquanto um direito fundamental, é assegurada partir de documentos internacionais e nacionais diversos. Os tratados internacionais apontam três níveis de proteção que auxiliam para a concretude da dignidade dos transexuais: o plano de direito internacional dos direitos humanos baseado nas Declarações e Resoluções, o plano do direito constitucional (especificamente ao que se refere à liberdade, à igualdade e à intimidade) e ao plano do direito civil e dos direitos da personalidade no que se refere ao corpo, ao nome, ao estado e à vida privada (GONÇALVES, 2014).

No âmbito internacional, a Declaração Universal de Direitos Humanos, criada pela ONU em 1948, defende o direito à igualdade e não discriminação enquanto princípios fundamentais dos direitos humanos. Contudo, tal documento não enfatiza a questão da identidade de gênero, enquanto pauta específica, já que o debate sobre as questões de gênero e sexualidade ainda não estavam em voga no momento (MONTEIRO et al., 2017).

O Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), de acordo com Gonçalves, (2014), depende principalmente da atuação da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), através das denúncias de violência e discriminação contra transexuais ao redor do mundo.

Segundo Gonçalves (2014), no ano de 2007, um grupo de especialistas em legislação internacional de direitos humanos e em orientação sexual e identidade de gênero oportunizou a publicação dos Princípios de Yogyakarta, sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos. Mesmo não aprovados com força de norma, tais princípios terminaram sendo incorporados pela comunidade internacional e empregados como orientação por Estados membros na fixação de suas políticas internas em que afirmam que *“Toda pessoa tem o direito à educação, sem discriminação por motivo de sua orientação sexual e identidade de gênero, e respeitando essas características”*, bem como, os Princípios de Yogyakarta (2007) apontam oito deveres dos Estados no sentido de incluir acesso igual à educação e tratamento igual, desenvolvimento do respeito aos direitos humanos e proteção apropriada contra toda forma de exclusão, violência e discriminação. Monteiro, et al. (2017), refere que este princípio é um dos documentos pioneiros a tratar a questão da

transexualidade com um olhar humanista e inclusivo, tendo como base a ideia de que o gênero se trata de uma categoria construída socialmente.

Os Princípios de Yogyakarta (2007), esclarecem em seu preâmbulo o entendimento de orientação sexual e identidade de gênero:

COMPREENDENDO “orientação sexual” como estando referida à capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas;

ENTENDENDO “identidade de gênero” como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos (YOGYAKARTA, 2007, p. 9).

Reis e Eggert (2017) apontam que tanto a Organização das Nações Unidas (ONU)(2008), quanto a Organização dos Estados Americanos (OEA)(2008), também tem aprovado declarações e resoluções dizendo que a orientação sexual e identidade de gênero também devem ser consideradas como direitos humanos. E como parte desse sistema, em 2013, a ONU noticiou recomendações para os Estados pertinentes às principais obrigações que estes têm para com lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (pessoas LGBT), incluindo a proteção contra a violência homofóbica e transfóbica, e a proibição da discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero.

Os documentos e tratados internacionais que citamos acima, através de seus desdobramentos, trazem reflexos na legislação nacional, começando pela Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu artigo 3º e incisos, como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a redução das desigualdades sociais e regionais, e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 2017).

Em 2012 foram aprovadas as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que fazem diversas referências a gênero e à orientação sexual e reconhecem que todas as pessoas devem ter a oportunidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática, independente do seu sexo, orientação sexual e identidade de gênero, entre outras características (BRASIL, 2018).

Neste mesmo ano, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio determinaram que, em função da legislação específica existente, é obrigatória a educação em direitos humanos, e que o projeto político-pedagógico do Ensino Médio deverá considerar o que determina o inciso abaixo:

Art. 10, inciso XV - valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência. (BRASIL, 2018c, art. 10).

Do que foi demonstrado acima Reis; Eggert (2017), evidenciam que vem ocorrendo há décadas um processo internacionalmente e nacionalmente, que é voltado para a possibilidade de promover a equidade entre os gêneros e para o respeito à diversidade sexual, em que o dever da educação é vislumbrado como fundamental para se alcançar esse objetivo.

O movimento de lutas homossexuais para Torres (2010), atualmente compreendidas como lutas LGBT ou pela diversidade sexual, apresentam no campo dos direitos humanos uma articulação mais vulnerável, prossequindo como fundamentos que ainda não estão incorporados pelo discurso dominante. Em alguns momentos de manifestações essas lutas LGBT foram articuladas através do entendimento de diversidade sociocultural, vigente ainda nos debates de inúmeras políticas públicas, e a noção de diversidade sexual transita pelos documentos oficiais nas políticas públicas de educação, direitos humanos e cidadania LGBT. Desde 2004, por iniciativa do governo federal e do movimento social LGBT, foram geradas ações como o Programa Brasil Sem Homofobia, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, e o Projeto Escola Sem Homofobia, que é uma iniciativa para compor o Programa Brasil Sem Homofobia. As referidas ações têm o predomínio dos discursos de direitos humanos em momentos diferentes, caracterizando-se por discussões entre lógicas da regulação e emancipação.

Conforme o Manual de comunicação LGBTI+ (2018), apesar de não haver uma lei federal específica proibindo a discriminação por orientação sexual e/ ou identidade de gênero, alguns estados brasileiros, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros, já possuem jurisprudência própria para coibir esse comportamento, explicitando níveis diferentes de proteção. Algumas leis Federais e proposições legislativas contemplam no seu teor a não discriminação às pessoas LGBTI+, que são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 5: Leis Federais e Proposições Legislativas de não discriminação às pessoas LGBTI+.

LEI	Nº	ARTIGOS	DISPOSTO NO ARTIGO
Lei Maria da Penha	11.340, de 7 de agosto de 2006	Art.2 Art.5	Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual (...). Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.
Estatuto da Juventude	12.852, de 5 de agosto de 2013	Art.17 Art. 18	O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de: (...) II- Orientação sexual, idioma ou religião; A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à diversidade e à igualdade contempla a adoção das seguintes medidas: (...) III- Inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação dos profissionais de educação, de saúde e de segurança pública e dos operadores do direito.
Estatuto da Pessoa com Deficiência  Estatuto da Pessoa com Deficiência	13.146, de 6 de julho de 2015	Art. 18	É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário. (...) §4º As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar: (...) VI – respeito à especificidade, à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa com deficiência.
Projeto de Lei João W. Nery	7524 de 2014		Propõe a alteração do Estatuto do Idoso para garantir que as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência aos idosos exerçam suas funções de modo a preservar a dignidade dessas pessoas, respeitando-as independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero.

Projeto de Lei no Senado	134 de 2018		A Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil e dos movimentos sociais através de iniciativa popular apresentaram a proposição do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero em 23 de novembro de 2017.
--------------------------	-------------	--	--

Fonte: REIS (2018, p.46, 47).

Em 1º de março de 2018 em uma decisão inédita o Superior Tribunal Federal (STF) através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275<sup>16</sup> decidiu ser possível a alteração de prenome e gênero no registro civil mediante averbação no registro original, mesmo sem a realização da cirurgia de readequação de sexo. Para concretização deste direito deve-se ter como fundamento o Provimento n. 73<sup>17</sup> do Conselho Nacional de Justiça de 28 de junho de 2018, que dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN) toda pessoa maior de 18 anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do registro a devida alteração a fim de adequá-los à identidade auto percebida.

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>. Acesso em 13 de agosto de 2018.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/2018/06/29/provimento-no-73-do-cnj-regulamenta-a-alteracao-de-nome-e-sexo-no-registro-civil>. Acesso em: 13 de agosto de 2018.

## 6 OS CURSOS POPULARES PARA PESSOAS TRANS

Os cursos pré-vestibular populares, com foco em populações de baixo poder aquisitivo, surgem no final do século XX, no contexto democratizante dos movimentos sociais, pela luta contra exclusão social e o racismo. Outras experiências de educação popular existiram, principalmente entre a década de 60 e 70, os diretórios acadêmicos criavam cursos vestibulares de baixo custo, na qual os/as professores /as eram os/as alunos/as da graduação. O viés inovador dos cursos trans são marcadores que balizam o empreendimento: gênero e sexualidade (ARAÚJO, 2017).

Araújo; Silva (2016) argumentam que esses projetos de cursos para sujeitos trans são importantes, pois a instituição escolar é um espaço também de acolhimento e a sua receptividade a alunas/os, professoras/es e gestoras/es está ligada com a habilidade desses sujeitos se submeterem as regras heteronormativas. Sendo esse um dos elementos que dificultam o acesso de travestis e transexuais no espaço da escola e a formalização da educação básica.

As experiências dos cursos são inovadoras por não se centrarem no binômio IST (infecções sexualmente transmissíveis) / AIDS e marcam a cidadania não pela “doença”, mas pelo acesso à educação formal, por meio de espaços informais. Os espaços informais são importantes, pois denunciam e tencionam as deficiências da educação básica voltada para a diversidade. Experiências similares ao cursinho têm sido promovidas pelo poder público no “Projeto Damas – RJ” e “Transcidadania – SP”. Estes projetos influenciam a proliferação dos cursinhos, juntamente com a possibilidade de realização do Exame Nacional do Ensino Médio – o ENEM com a utilização do nome social. (ARAÚJO, SILVA 2016).

No ano de 1998 foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao final da escolaridade básica. Desde então o ENEM assumiu várias funcionalidades que demonstraremos no quadro 6 abaixo.

Quadro 6: Maneiras de utilizar a nota obtida no ENEM

Sistema de Seleção Unificada ( <b>SISU</b> )	Acesso às universidades públicas através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que é um sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do ENEM.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego ( <b>PRONATEC</b> )	Acesso a cursos técnicos gratuitos utilizando a nota do ENEM.
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior ( <b>FIES</b> )	Para obter financiamento junto ao FIES é obrigatório ter feito o ENEM.
Programa Universidade para Todos ( <b>PROUNI</b> )	A nota do ENEM é requisito na obtenção de bolsas de estudo em universidade privada.
Programa Ciência sem Fronteiras	Obrigatoriedade do ENEM para os alunos de intercâmbios do programa ciência sem fronteiras.

Fonte: SILVA (2017).

Até 2016 o ENEM podia ser utilizado como certificação de conclusão de ensino médio. No entanto, em 2017 a responsabilidade da certificação voltou a ser exercida através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Para Silva (2017) a funcionalidade, inicialmente do ENEM e agora do ENCCEJA, de certificação do ensino médio, tem atraído sujeitos que não se enquadram na escola formal a concluírem a educação básica. Consequentemente pessoas trans que não conseguem frequentar os espaços de educação básica, podem se certificar sem frequentar o ambiente escolar formal (SILVA, 2017).

Silva (2017) aponta que são identificados no Brasil 13 projetos de cursos para pessoas transexuais de iniciativa da sociedade civil. No quadro 7 apresentam-se os projetos (exceto o transENEM de Porto Alegre) e seus objetivos, bem como a cidade e os seus respectivos estados onde são desenvolvidos:

Quadro 7: Projetos de Cursos para pessoas transexuais no Brasil

<b>PROJETOS</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>CIDADE</b>	<b>ESTADO</b>
Transdiversidade	Busca a visibilidade de travestis e transexuais para a construção de uma política pública trans.	Niterói	RJ
Cursinho Popular Transformação	Oferece educação e cultura voltadas para pessoas transgêneras, travestis e não binárias.	São Paulo	SP
Transpondo o ENEM	É um cursinho popular voltado para a população de travestis e transexuais.	Uberlândia	MG
Transviando o ENEM	É uma comunidade de aprendizagem construída por e para transgêneros, transexuais, travestis e intersexes que tenham interesse em participar do ENEM e/ou demais vestibulares.	Salvador	BA
Prepara Nem	Começou como um projeto de pré-vestibular auto organizado e auto-gestionado, mas se desenvolveu em uma rede de pessoas T, para além do vestibular, que conta com apoio de voluntários.	Rio de Janeiro	RJ
Cursinho Prepara Trans	Cursinho popular gratuito preparatório para ENEM e outros vestibulares para travestis e pessoas trans.	Goiânia	GO
TransENEM	É preparatório para o ENEM e de empoderamento voltado para as pessoas trans e travestis.	Belo Horizonte	MG
Transpassando	Possibilita a formação para o ENEM de travestis e pessoas trans através de um programa de educação cuja meta é a conclusão da escolarização média e o acesso à educação superior numa perspectiva de fortalecer ações de combate à transfobia e seus efeitos. Facilita o acesso à formação profissional das travestis e pessoas transgêneras como modo de minimizar os efeitos de segregação da vida escolar e profissional produzidos pela experiência da transfobia.	Fortaleza	CE
Transvest	É um projeto artístico-pedagógico que objetiva combater a transfobia e incluir travestis, transexuais e transgêneros na sociedade.	Belo Horizonte	MG
Projeto Manas na Escola	Propõe formação na modalidade EJA para população LGBT, em especial Trans e Travestis que foram excluídas da escola.	Rio Grande	RS

Tô Passada	É um curso preparatório para o ENEM e carreira profissional de pessoas LGBTIs.	Curitiba	PR
Educa Trans	Projeto sergipano que visa estimular a entrada de travestis e pessoas trans na educação superior	Aracajú	SE

Fonte: SILVA (2017, p.89).

Observando o quadro acima há maior predominância dos cursos na região sudeste com seis cursos, seguido pela região nordeste com três cursos, na região sul com dois cursos e a região centro-oeste conta com um curso de preparação. Importante salientar que na região norte até o ano de 2017 não havia nenhum curso voltado para a população transexual. Analisando o perfil dos cursos ofertados para a população transexual, percebe-se que existem diferenças nas propostas, pois alguns se voltam para a questão educacional e outros para inserção no mundo do trabalho, para construção de política pública trans ou ainda contemplam a dimensão artística.

## 7 PERCURSO INVESTIGATIVO

Gatti (2002) reflete que a pesquisa em educação envolve a intersecção complexa de fatores implicados na existência humana – “desde o nosso corpo até nossas ideologias, num conjunto único, porém, em constante processo simultâneo de consolidação, contradição e mudança” (p. 13). Abrange uma gama diferenciada de problemas, tratando-os em níveis também diferenciados, a partir de perspectivas filosóficas, sociológicas, políticas, biológicas, entre outras. Segundo a autora, o ato de pesquisar se constrói socialmente, constituindo um processo de socialização e de interlocução, o que indica conhecimento transdisciplinar como resultado da investigação.

Para a realização desta investigação, que analisa a experiência do Coletivo pela Educação Popular TransENEM Porto Alegre, o método utilizado foi qualitativo que, segundo Deslauriers e Kérisit (2012) busca responder “às preocupações dos atores sociais, tais quais elas são vividas no cotidiano” (p.130). A ênfase está na relação social, na história social dos objetos, na vida cotidiana, na heterogeneidade da existência. Em relação à característica do estudo, identifica-se com a pesquisa descritiva, pois a investigação demonstra a experiência que é objeto do estudo.

A pesquisa de campo foi realizada a partir da inserção da pesquisadora como pedagoga voluntária desde o ano de 2017 no coletivo de profissionais que compõem o Coletivo pela Educação Popular TransENEM Porto Alegre. Portanto, o delineamento da pesquisa é da realização de um estudo de caso, pois se caracteriza por estudo profundo e exaustivo de um objeto, permitindo conhecimento amplo e detalhado. O estudo de caso proporciona explorar situações da vida real, procurando abordar o contexto e o fenômeno estudados (GIL, 2008; YIN, 2005)

Os instrumentos de coleta de dados da pesquisa foram entrevistas, documentos institucionais, observação participante, postagens do Coletivo e de seus membros nas redes sociais, fotos, Zine transENEM, analisados sob a perspectiva hermenêutica. As entrevistas foram realizadas com profissionais que trabalham no transENEM (professores e técnicos), com objetivo de obter informações que qualifiquem o coletivo e a sua contribuição na trajetória da formação escolar/universitária. Para Minayo (2010) a entrevista é uma técnica bastante utilizada

na pesquisa de campo, porque permite ao pesquisador, através do diálogo estabelecido com os interlocutores, descrever o movimento das relações humanas no contexto social analisado. Gil (2008) enfatiza que a entrevista como forma de interação social possibilita ao pesquisador perceber os saberes dos sujeitos, os desejos, as crenças, as aspirações, como agem ou pretendem agir. Conforme o autor, o diálogo assimétrico entre quem busca obter dados e quem é a fonte de informações, é uma técnica de excelência na investigação social por sua flexibilidade e possibilidades no universo humano e social. Todos os participantes do projeto foram convidados para a participação na pesquisa e, mediante a confirmação da disponibilidade, foram agendados encontros individuais para a realização da entrevista, sendo inicialmente apresentado o termo de consentimento (apêndice A) e também solicitadas a permissão para gravação em áudio. Posteriormente as entrevistas foram transcritas e analisadas. No (apêndice B) encontra-se o roteiro para a coleta de informações com professores/técnicos.

A observação participante buscou complementar a coleta de dados, oferecendo outros elementos que possam dialogar com as informações obtidas na entrevista. Minayo (2010) aponta a observação participante como um processo que permite ao pesquisador ver a realidade na sua dimensão contextual, aprendendo a colocar-se no lugar do outro. A presença em diferentes espaços e momentos que a pesquisadora vivenciou, a partir de sua participação no projeto, sejam as situações formais – reuniões, atendimentos, atividades pedagógicas e de planejamento – e não formais, como a troca de mensagens no grupo de WhatsApp. As observações foram registradas no diário de campo da pesquisadora e posteriormente submetidas à análise.

Os documentos analisados buscam resgatar os registros da trajetória ainda recente desta experiência. Foram analisadas atas, editais, formulários acadêmicos relativos ao projeto, documentos relacionados às informações psicossociais e ao percurso dos estudantes e outros materiais pertinentes à investigação.

A modalidade analítica após a coleta de dados foi a hermenêutica, realizando um diálogo com as fontes de pesquisa. Flickinger e Rohden (2000) afirmam que, para compreender experiências vividas, é preciso aceitar a verdade do outro, do estranho, para poder tematizar processos de instauração de sentido que emergem das interações dos sujeitos entre si e com o mundo. Como enfatiza Hermann (2002), a experiência do conhecer se estabelece no diálogo de forma a clarificar os vínculos

existentes entre aprender, compreender e dialogar. É no acontecer do diálogo que o conhecimento nasce. Neste sentido, as possíveis leituras e interpretações advêm, nesta pesquisa, das discussões no grupo de pesquisa e dos sucessivos acessos aos dados coletados pela pesquisadora, norteados pelo escopo teórico elencado.

## 8. A EXPERIÊNCIA DO CURSO TRANSEMEM DE PORTO ALEGRE

O contexto do estudo de caso foi o projeto de extensão proposto pelo Coletivo pela Educação Popular, denominado transENEM, que se utiliza das dependências e da filiação institucional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFRS), no campus de Porto Alegre. Está situado no centro da cidade e ministra aulas no turno da noite para estudantes transexuais, travestis e LGB que se preparam para as provas do ENCCEJA, ENEM e vestibulares. As fontes de coletas de dados utilizadas foram diário de campo da pesquisadora com registros da observação participante, entrevistas, fotos, Zine transENEM, documentos institucionais - atas das assembleias, editais de fluxo contínuo do IFRS, fichas com informações psicossociais dos estudantes - e registros das modalidades virtuais de comunicação - *whatsApp* e *Facebook*. A análise foi desenvolvida através da hermenêutica que buscou interpretar e dialogar as fontes da pesquisa.

A escolha pelos professores e organizadores do transENEM como entrevistados se deu por dois motivos. O primeiro refere-se ao predomínio de alunos/as como sujeitos de pesquisa no restrito contexto de dissertações e teses sobre a temática. Segundo, face ao olhar e inserção da pesquisadora, a partir de sua formação como educadora, as questões relacionadas aos aspectos pedagógicos e sociais envolvidos na potencialidade de aprendizagem dos/as alunos/as foram foco de sua atenção, bem como sua interface neste âmbito.

A seguir, são as/os entrevistadas/os identificados com siglas E1, E2, E3, E4, E5 e E6, para manterem o anonimato com sua idade, formação, função e ano de ingresso no coletivo.

Quadro 8: Perfil dos entrevistados

Entrevistados/as	Idade	Formação	Função	Ingresso
E1	26	Ciências Biológicas UFRGS Mestrado em Botânica pela UFRGS	Professor e Membro da Organização	2018
E2	23	Filosofia pela PUCRS e Mestranda pela PUCRS	Professora	2018

E3	23	Cursa História na UFRGS	Atuou no transENEM desde o ano de 2016 como professor e há seis meses está como Membro da Organização	2016
E4	58	Pedagogia pela Unisinos Mestrado em Educação e Doutoranda em Educação em Ciências pela Furg	Pedagoga e Membro da Organização	Agosto 2015
E5	29	Psicologia pela UPF Especialização em atendimento clínico com ênfase em psicanálise	Psicóloga e Membro da Organização	Final 2016
E6	29	Artes Plásticas pela ULBRA	Professora e Membro da Organização	2018

A seguir serão apresentadas as análises, advindas das diferentes fontes de pesquisa, que compõem os elementos considerados mais relevantes e constitutivos para a reflexão acerca da experiência do transENEM Porto Alegre.

### 8.1 Trajetória: origens e desdobramentos

O transENEM de Porto Alegre teve início em agosto de 2015, idealizado como um curso popular, sem fins lucrativos, cujo intuito era a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares, oferecido para pessoas trans. A iniciativa da produtora e jornalista Nanni Rios<sup>18</sup> teve inspiração em outros cursos com

<sup>18</sup>Ativista, jornalista e produtora, militante na defesa da diversidade. Desenvolve projetos como a festa Cade Tereza? E o Sarau Erótico, além de ser uma das fundadoras do Centro Cultural Aldeia, casa que abriga atividades culturais em Porto Alegre-R.S.

o mesmo foco - como o EducaTrans em Sergipe, TransENEM em Belo Horizonte, Transcidadania em São Paulo e o PreparaNem no Rio de Janeiro – buscando inicialmente a partir de uma chamada pública, voluntários para concretizar o projeto. Foram realizadas algumas reuniões que acolheram interessados, indicando que seria possível dar andamento dando indícios que haveria colaboradores suficientes para compor o quadro de pessoal.

Assim o coletivo iniciou: uma ideia, um grupo de pessoas autônomas e totalmente voluntárias, de idades distintas, de diferentes áreas, e com diferentes vivências, todos em prol de uma nova proposta de esboçar esse projeto e se constituir como um cursinho popular, exclusivo para trans, na intenção de torná-lo um espaço acolhedor, de novas perspectivas, cuja horizontalidade seria norteadora para o sucesso. (TATSCH, 2018, p. 24).

Segundo explica Tedesco, Bitencourt (2018), o grupo teve uma preocupação inicial que foi o de preparar as professoras e professores para a atuação em sala de aula. Foram realizadas de 2015 até o início das aulas em 2016, duas formações com as/os docentes interessados em que foram trazidas pessoas das diversas entidades parceiras do coletivo, bem como pessoas trans que eram conhecidas pelo grupo. As atividades buscavam sensibilizar o grupo sobre as discussões atinentes à gênero, sexualidade e prostituição, bem como conhecer as expectativas sobre o futuro trabalho, considerando que nesta ocasião todos/as eram cisgêneros. A preocupação inicial foi de criar e propiciar um ambiente o mais favorável e acolhedor, tornando possível oferecer condições às pessoas transexuais de acesso à educação superior.

Para a organização inicial, os professores reuniram-se de acordo com a área de conhecimento e estabeleceram um cronograma dos conteúdos para que os estudantes fossem preparados para realizarem o ENEM. No ano de 2016, foram abertas inscrições, através de formulários on-line, com divulgação via *Facebook* e presencialmente através de ações do grupo Igualdade RS (Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul), em pontos de prostituição e com cartazes em alguns pontos da cidade de Porto Alegre. As aulas começaram em abril de 2016, na Casa dos Conselhos do Município de Porto Alegre, em uma sala de reuniões. Com 21 estudantes inscritos e 13 efetivamente presentes, a primeira turma foi formada e as aulas aconteciam em três tardes por semana, que apesar de ocorrer sem instalações adequadas e do número ainda reduzido de aulas, “o curso foi muito bem acolhido desde seu início, podendo germinar dia após dia no centro da cidade” (GUIMARÃES, 2018).

Após algumas semanas e contatos frequentes com uma aluna do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) ligada ao coletivo de transexuais, foi estabelecida uma parceria com o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS). Isto resulta na proposta enquanto projeto de extensão da instituição localizada no centro de Porto Alegre, que passa a compartilhar de suas salas de aula equipadas e climatizadas, do acesso às salas de estudos, à bibliotecas e salas de conferência (TATSCH, 2018).

Mesmo com o curso funcionando dentro de um instituto federal, foram necessárias mediações de estudantes ligados ao movimento LGBT dentro da academia para que cedessem uma sala. Foram realizadas reuniões, formações com funcionários, desde a gestão até a recepção, manutenção e segurança do IFRS (FRÓES, 2017, p 3).

Após alguns meses, também foi possível garantir o acesso ao cartão de transporte escolar aos estudantes e o curso passou a contar com doações financeiras através da internet. Primeiramente os voluntários se organizaram em dois grupos - atividades docentes e administrativas (divulgação, controle financeiro e assistência aos estudantes, entre outras). No segundo semestre de 2016, uma nova composição foi experimentada: professores e organização se aproximaram formando comissões que ficaram responsáveis por tarefas específicas. Foram estabelecidas assembleias mensais para relatos e discussão do andamento do projeto, com caráter informativo e deliberativo, com registros digitais compartilhados das atas das reuniões. As aulas passaram a acontecer de segunda a sexta, no período da tarde. Contudo, a frequência dos estudantes foi diminuindo ao longo do ano, havendo muitas vezes, uma única aluna presente.

Mesmo com a evasão e todos os outros desafios encontrados, não faltaram motivos para orgulho: uma aluna foi aprovada na UFRGS e outra na FADERGS. Outra conseguiu emprego no setor de tecnologia da informação, sua área de interesse, outra ainda segue no coletivo exercendo seu papel de cidadã. Sob a ótica de que a possibilidade laboral formal está intimamente ligada a diplomação em múltiplas esferas, entende-se que o primeiro ano do projeto foi vitorioso por permitir outras formas de socialização e outras possibilidades de empregos que não a prostituição. Formas de cidadania que foram por elas adquiridas e que sustentaram o desejo a ânsia de que o projeto continue. (TATSCH, 2018, p 25).

No ano de 2017 o transENEM também enfrentava uma evasão preocupante, ficando a sala de aula mês a mês mais vazia, chegando em alguns dias não haver sequer um estudante. Como resposta a esta situação, o coletivo decidiu assumir um

caráter mais assistencialista, buscando modificar possíveis situações que estariam afastando os/as alunos/as:

Festas, rifas e doações compuseram um caixa que pôde ser útil na distribuição de passagens para os estudantes que precisavam. Ampliou-se o quadro de psicólogas e pedagogas que puderam atuar de forma mais presente. Houve uma melhora. Entendemos que precisávamos ouvir dos estudantes o que estava, de fato, acontecendo, porém sem ainda chegar a lugares de decisão, ou seja, uma vez mais nós (os outros) decidíamos o que importava a eles (os discriminados). Enfim, decidiu-se que eles participariam também das assembleias mensais (TATSCH, 2018, p 26)

Tatsch (2018) identifica que as demandas dos/as alunos/as em relação ao curso são inúmeras, bem como os fatores que concorrem para a dificuldade de permanência dos estudantes: depressão, doenças e problemas financeiros. A distribuição de passagens foi importante, mas nem sempre foi resolutiva, pois os diferentes níveis de escolarização dos/as alunos/as resultaram em diferentes níveis de aprendizagem, o que também foi apontado como fator de desistência pelos estudantes.

Em 2017 foi o projeto apresentado no Programa de Extensão de Ações Inclusivas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) ao qual se filia, o Programa TransENEM é descrito como um conjunto de estratégias de ensino, pesquisa e extensão, visando oportunizar um espaço inclusivo para a comunidade trans - pessoas transgênero incluindo transexuais, travestis e não – binários/as - buscando promover o empoderamento dessa comunidade. Para tanto, oferta o Curso Preparatório para o ENEM, visando possibilitar a continuidade de estudos, quer seja na Educação Básica quanto na Superior, bem como o acesso ao mundo do trabalho. Além disso, o Programa inclui a formação inicial e continuada, tanto para a comunidade interna quanto externa do IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul), campus Porto Alegre, prevendo a realização de oficinas, grupos de estudos e troca de experiências, entre outras. Tais ações são organizadas a partir do levantamento prévio de demandas e são destinadas tanto a comunidade “trans” como para a comunidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Porto Alegre e demais interessados/as. (PROGRAMA DE EXTENSÃO IFRS, 2017).

Considerando que a educação é um direito que traz à tona outros direitos, portanto, o projeto visa o desenvolvimento de estratégias para viabilizar o acesso e permanência de pessoas transgênero aos espaços escolares. Parte do pressuposto que faz-se necessária a existência de espaços de educação que acolham e se desenvolvam com a participação destas pessoas, buscando subverter a lógica de uma educação padronizada, não empoderadora e despreparada para a inclusão e respeito às diferenças. Queremos com o

transENEM colaborar para a melhoria da qualidade e estimativa de vida dessas pessoas, oferecendo a elas um espaço de ensino, um lugar onde suas identidades serão respeitadas, onde poderão estudar para completar o ensino médio ou para ingressar numa universidade, falando por si mesmos/as sobre si e sobre a sociedade. Logo, além do conteúdo programático do ENEM, o programa prevê a realização de encontros para troca de experiências e oficinas em diversas áreas tais como direito, cidadania, mundo do trabalho, saúde (como terapia hormonal, HIV, etc.), artes entre outras. Tais atividades também serão ofertadas para a comunidade interna e externa do IFRS – Campus Porto Alegre a fim de subsidiar e aprimorar as ações educacionais desenvolvidas, em particular, no que tange ao acolhimento de pessoas transgênero, quer seja no âmbito da escola, do trabalho e na sociedade como um todo. (PROGRAMA DE EXTENSÃO IFRS, 2017).

A estrutura organizacional do curso funcionava primordialmente por Grupos de Trabalho (GT) temporários - em que cada integrante se disponibilizava a realizar as tarefas conforme estas começavam a surgir - também contava com outras duas comissões. A comissão de alunos/as, que era composta e feita pelos/as próprios/as, buscando promover pautas e orientar possíveis demandas para o coletivo, com o objetivo de manter-se como um local de acolhimento, respeito e formação de pessoas trans. E a última comissão era de relações externas, que possuía função mais administrativa, tendo a tarefa de manter a relação com outros cursos pré-vestibulares similares do país. Para além de toda a descrita organização interna, o projeto também possuía redes de apoio que eram: Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul (Igualdade RS); Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (SJDH-RS); Grupo de Direitos Sexuais e de Gênero (SAJU-UFRGS); Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX-UFRGS); e Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Raça (CRDH-UFRGS). Por diversas vezes, estas parcerias disponibilizaram tanto encaminhamentos para serviços de saúde quanto assessorias jurídicas e sociais. (GUIMARÃES, 2018).

Mas, um novo ano se iniciava e durante a assembleia realizada em janeiro de 2018 com os membros da organização, professores/as, psicólogas, assistente social e pedagogas, depois de debaterem muito sobre as possibilidades de oferta de aprendizagem no coletivo, foi decidido que o primeiro semestre seria de preparação para a prova do Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Desta maneira, o segundo semestre seria de preparação para a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e após um curso intensivo para o vestibular da UFRGS, atendendo assim à diversidade de percursos dos alunos que procuraram o coletivo.

Diante do desafio de atender as novas demandas foi necessário fazer mudanças no turno oferecido, pois no ano anterior as aulas eram no turno da tarde e em 2018 a oferta seria à noite, visando contemplar alunos/as que trabalhavam. A partir de nova consulta ao IFRS sobre disponibilidades das salas de aula em outro horário, houve cedência de espaço mais amplo em outro andar. Também foi concedida uma sala de convívio em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPEGS) para cafés, lanches, chimarrão, exposição permanente do brechó, computador com acesso à internet, e armários com materiais dos professores.

Em cada semestre há a aula inaugural, em que muitos professores e profissionais que participam da organização, conversam com os/as alunos/as sobre os objetivos do semestre, e entregue o “termo de boas-vindas”, onde constam combinações, horários e os cuidados com a instituição transENEM, sendo também um espaço de diálogo entre todo/as do Coletivo. Em 2018 a primeira turma iniciou em março para preparação à prova do ENCCEJA, a segunda em agosto visando a prova do ENEM, e em novembro é ofertado do curso intensivo para o vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A ampliação das ofertas dos cursos – preparação para o ENCCEJA, ENEM e vestibular da UFRGS – demonstra que tem ocorrido a procura de alunos/as com diferentes níveis de escolaridade, o que determinou a ampliação do escopo de atuação do transENEM, entendendo-se que mesmo o ensino médio não era uma condição possível a todos/as.

Em 2016, quando foram recebidas 21 inscrições e 13 alunos fizeram o curso de preparação para o vestibular, houve duas aprovações: uma aluna passou na UFRGS e outra na FADERGS. Outra conquista do percurso realizado foi o emprego de uma aluna no setor de tecnologia da informação e ainda uma aluna seguiu no coletivo como membro. No ano de 2017, com 11 estudantes, mas o desempenho nas provas foi satisfatório para oito alunos/as: quatro passaram na UFRGS, um na UNIASSELVI, dois no Instituto Federal e uma aluna UFBA.

No segundo semestre de 2018 a configuração do transENEM se estabeleceu com duas salas, sendo uma sala de aula e a outra que é utilizada para as reuniões do NEPEGS, também como sala onde ficam as bolsistas prestando auxílio as demandas do coletivo e como local que possui cafeteira, impressora, sofás e a arara com as roupas do brechó, enfim uma sala com muitas utilidades.

Importante salientar que em relação ao funcionamento e a estrutura organizacional não há nenhuma pessoa instituída para responder especificamente,

mas todos são membros que compõem o chamado coletivo pela educação popular sendo solidários na busca por respostas e resoluções das demandas. Essa maneira de gestão informal está continuamente se reorganizando na busca por melhores resultados nas relações e educacionais.

## **8.2. Ingresso e permanência dos/as alunos/as no transENEM Porto Alegre**

As informações abertura das matrículas o ingresso de alunos/as no transENEM ocorre através das redes sociais (anexo D), e do e-mail do coletivo ou ainda através das/dos alunas/os que pertenceram ao curso. Após contato inicial dos/as interessados/as, são agendados horários individuais, onde membros do Núcleo de Apoio Psicológico, Pedagógico e de Serviço Social (NAPPS) conversam sobre questões de aprendizagem, sociais e de saúde mental, seguindo o roteiro da ficha de matrícula (anexo E). Esta etapa é caracterizada pela E4: *“Isso é um momento importante da gente conversar com os candidatos e candidatas, para pensarmos sobre as expectativas das/dos alunos/as, sobre o processo de aprendizagem e outras aquisições com o ingresso no coletivo”*.

Dentre os fatores que concorrem para o ingresso e a permanência de alunos no transENEM está a questão financeira como aspecto predominante nas preocupações de toda equipe, pois alguns/mas alunos/as não tem recursos nem para proverem os custos das passagens e da alimentação. E3 explicita: *“Eu me preocupo muito com a verba, da gente conseguir fazer com que as pessoas tenham acesso a sala de aula e também a comida [...] a gente está correndo contra a corrente”*. E4 também demonstra a mesma preocupação *“Temos a limitação financeira, daí é outra parte que é bancar para essas pessoas poderem se deslocar poderem vir, poderem ir e participar de outros espaços”*. As dificuldades financeiras impactam em outras esferas da vida dos/as alunos/as que, por sua vez, também refletem nos estudos:

Porque as vezes a gente quer que os alunos e alunas participem de um show de um curso, de um seminário, sei lá. Ir no museu da PUC, por exemplo. Mas é pago. E nós não temos dinheiro para isso, mesmo até de um táxi que possa levar essas pessoas para casa. Então isso tudo é uma limitação muito grande que a gente tem que lidar com a realidade. Uma coisa é o ideal. Outra coisa é o real.(E4)

Algumas ações são desenvolvidas em conjunto com professores, organizadores e alunos/as do transENEM para que seja possível arrecadar fundos e assim garantir o acesso às aulas. Brechós, rifas, caixinhas de arrecadação em locais simpaticistas com a causa LGBT e uma vaquinha<sup>19</sup> virtual estão entre as medidas sistemáticas para garantir estes recursos. Conforme a ata da assembleia de janeiro (2018), o gerenciamento das finanças do coletivo se dá pela “*galera do aquê*”, sendo de sua responsabilidade a arrecadação e viabilização de auxílio transporte, inscrição em provas para os/as alunos/as, e elaboração de propostas junto com outros membros do coletivo para a captação de recursos. O registro abaixo ilustra ação realizada para captação de recursos: o Brechó do transENEM (anexo F) no Parque da Redenção em Porto Alegre:



Contudo, nem sempre o motivo de os alunos não estarem presentes nas aulas está relacionado à questão financeira. E2 entende que “*o maior empecilho, é uma motivação para que eles estejam lá*” e E1 refere a descontinuidade na frequência que atrapalha o andamento das aulas:

<sup>19</sup> Disponível em: [https://www.vakinha.com.br/vaquinha/transenem-porto-alegre-2018?utm\\_campaign=new\\_contribution&utm\\_content=281006&utm\\_medium=email&utm\\_source=VkTransacional](https://www.vakinha.com.br/vaquinha/transenem-porto-alegre-2018?utm_campaign=new_contribution&utm_content=281006&utm_medium=email&utm_source=VkTransacional). Acesso em 20 de novembro de 2018.

A falta dos alunos, a não frequência, a não continuidade... em uma semana não estarem os mesmos alunos da semana anterior, isso dificulta um pouco. E também não tanto pela aula que eu planejei, mas por conseguir recuperar aqueles que não tiveram aula, como fazer o conteúdo, passar o conteúdo para ele, para aqueles que não estavam na aula. Isso as vezes atrasa um pouco o conteúdo.

A dificuldade em estabelecer uma continuidade para aqueles/as alunos/as que não foram às aulas é enfrentada de diferentes maneiras pelos professores. E1 afirma que: *“[...] porque não fazia sentido eu não retornar. Porque não tinha, ou não tinha ninguém dessa semana que estava na aula, tipo essa semana tinha três pessoas que não estavam na aula passada. Então, é como se eles não tivessem essa aula.”* E2 considera que *“o maior desafio é fazer com que os estudantes cheguem até a sala de aula. Porque depois que eles estão ali, tudo flui”*.

A heterogeneidade das turmas, em relação às etapas e objetivos de escolarização traz muitos desafios. Embora houvesse definição que o grupo do primeiro semestre seria de preparação para a realização da prova do ENCCEJA do ensino médio, a característica da turma não confirmou esta composição. Entre os/as 13 inscritos/as, um já tinha o ensino médio concluído (mas desejou participar mesmo assim das aulas, pois tinha parado de estudar havia algum tempo), três faziam a preparação para a prova do ENCCEJA do ensino fundamental e nove alunos/as faziam a preparação para a prova do ENCCEJA ensino médio. Os /as organizadores/as tiveram dificuldades para restringirem a inserção de interessados/as com escolarização diferente da prevista pelo edital/oferta, pois havia a insistência em participarem mesmo diante das condições diferentes que possuíam, justificando pela possibilidade de convívio. Contudo, os/a professores/as vivenciaram conseguirem o impasse na abordagem dos conteúdos no decorrer do curso, como E1 refere:

No começo também ficava preocupado com alguns que não tinham o ensino fundamental e algumas questões eram mais difíceis. Mas daí eu tive que decidir por continuar a ficar só com o médio e ir sanando essas dúvidas do fundamental ao longo desse mesmo conteúdo, sem focar muito no ensino fundamental, porque não daria tempo de cobrir tudo.

Estas considerações das/dos entrevistadas/os ao afirmar que as diferenças na escolarização dos/as alunos/as e as faltas interferem no andamento das aulas, fez com que alguns membros do coletivo buscassem informações de como proceder para inscrição nas escolas que oferecem a certificação através do Núcleo Estadual de

Educação de Jovens e Adultos (NEEJA)<sup>20</sup> para ensino fundamental ou médio, com intenção de que os/as estudantes que não possuísem o ensino fundamental procurassem as escolas relacionadas para concluírem seus estudos, e os que necessitavam de certificação para o ensino médio continuassem no coletivo. E1 relata como foi a difícil a descoberta da sistemática do NEEJA:

Nós fomos descobrindo uma ou outra forma para obter o certificado pelo NEEJA. Foi super difícil de entender, e assim, ficamos pensando como isso seria difícil para os alunos entenderem também, considerando a realidade deles e não terem tempo de ir atrás dessas informações. Eu acho que os professores ajudam muito nisso de conseguir levar para eles as informações além das disciplinas e tudo que cerca. Mas de oferecer, oferecer não, mas mostrar outras possibilidades que existem, que as vezes eles nem pensam, nem sabem que são possíveis.

Assim o transENEM, no primeiro semestre de 2018, além de fazer o mapeamento das escolas, ofereceu orientações e encaminhamento daqueles/as alunos/as que chegaram até o coletivo, mas os/as inscritos não saíram do curso, mantendo-se vinculados e alguns posteriormente dando sequência no segundo semestre, na preparação para o ENEM e vestibular. A E5 considera as diferentes condições e necessidades dos/as alunos e como se viabiliza a participação que observa estas contingências:

Se o alune quer realmente estudar é isso que ele irá fazer. o “P” que ia muito às aulas, e chegou em um momento que ele parou de ir. Estava desempregado, parou de ir à aula porque não tinha dinheiro e a gente ainda não tinha essa condição de ajudar com as passagens. A gente estava tentando, mas era muito mais difícil, foi no final do ano passado, segundo semestre do ano passado. Os professores mandavam por e-mail as atividades e exercícios, e ele estudava em casa; ele sabia que podia recorrer aos professores do transENEM caso ele tivesse alguma dúvida ou caso ele precisasse. Quando rolava uma grana, ele ia nas aulas. Depois ele começou a trabalhar e era de tarde e a aula também, e ele contatava o transENEM para participar de certas aulas que ele tinha mais dificuldades, mas ele estava estudando em casa e entrou na UFRGS. Não é um coletivo que te limita à 75% de frequência. Esse grupo todo que a gente faz parte não está aí por acaso, está aí para também entender cada alune. O acesso à universidade é um privilégio, mas a gente torna uma coisa mais acessível. É um privilégio. Por ser um privilégio, esse coletivo existe para que essas pessoas entendam que é um direito que também pode ser delas. Acho que só a existência do coletivo e desse corpo docente já é um caminho aberto.

---

<sup>20</sup> As escolas estaduais em Porto Alegre e os bairros que oferecem a certificação para o ensino fundamental e médio são: Cardeal Alfredo Vicente Scherer (Centro); Menino Deus (Menino Deus); Darcy Ribeiro (Boa Vista); Paulo Freire (Auxiliadora); Darcy Vargas (Farroupilha).

Neste sentido, há algumas ações que vão buscando ir ao encontro das necessidades das /os alunas/alunos:

Escolhemos um horário das aulas para tentar contemplar a maioria. Era de tarde e agora é de noite. Neste semestre tem a “S”. Ela trabalha todos os dias até as 20 horas, 19h45. Então, ela chega e pega os últimos períodos, e ela tem uma amiga que passa o conteúdo dos primeiros períodos. Mas, ela já conversou com os professores e depois ela pega a disciplina e ela está conseguindo se organizar. Então, é uma questão de necessidade. Cada um tem a sua. E o coletivo respeita isso. E não está dando problema, ninguém falou nada nas nossas reuniões, está dando tudo certo. A “K” precisou levar a filha, tudo certo. Não é o ideal, mas vamos nos adaptar para isso. E5

Nesta direção, trabalhar com adultos que já passaram por diferentes situações de exclusão dentro da educação formal requer, como assinala E6, uma abordagem e acolhimento por parte das/dos professores/as:

A maior parte dos nossos educandos passou no vestibular. No ano passado foram onze alunos. Dentro da nossa proposta linear de educação formal, nós temos colhido excelentes resultados. O acolhimento. Provavelmente a abordagem dos professores. De se aproximar mais dos alunos. De ter mais afetividade, como ele não é apenas um número. Como são aulas participativas, dinâmicas, são muito diferentes das aulas formais. Acredito que os professores utilizam os mais variados recursos para poder chegar perto dos educandos. Ainda mais, quando estamos lidando com adultos garantir o interesse deles é um desafio. Tem a própria estrutura que o IFRS oferece, eu acredito que isso impacta na força de vontade dos educandos de participarem no coletivo. A questão da afetividade é extremamente importante para o desenvolvimento destas pessoas, principalmente no resgate da autoestima. Esse cuidado com a questão do tratamento de gênero. Como os problemas pessoais também que cada um tem dentro da sua vida. Então, eu acho que isso faz diferença e eles percebem que aqui eles estão seguros. Quando a gente se sente seguro na escola a gente quer ficar. E6

E2 enfatiza que não é somente o ingresso na educação superior que é importante para o/a aluno/a, mas o que acontece ao chegar no coletivo que é o diferencial dos outros cursos e não somente tratar das questões que caem nas provas:

Qualquer escola pode fazer, mas a gente vê que várias escolas que fazem isso e não tem o resultado que a gente tem. Mas, tem um contato mais humano, tem uma empatia entre o professor e o estudante tem toda uma disposição que os professores têm para fazer com que os estudantes se sintam bem. O contrário também ocorre: está com dificuldade de se locomover, a gente ajuda. Está com dificuldade de se inscrever no ENCCEJA, a gente ajuda. É isso! É sentir! Tem uma palavra na educação que parece que é proibida. A palavra amor.

Portanto, como fatores que impactam significativamente no ingresso das/dos estudantes, estão a divulgação nas redes sociais e a indicação das/dos

egressas/egressos. Em relação à permanência, percebe-se que as questões financeiras, a heterogeneidade da escolaridade na turma e as alternâncias na presença em sala de aula, são questões que desafiam o coletivo a buscar novas ações para enfrentar estas circunstâncias. Dentre as iniciativas que têm sido avaliadas podem auxiliar a encontrar alternativas para a permanência em sala de aula são as rodas de conversa sistemáticas com estudantes que já frequentaram o transENEM em anos anteriores e as aulas inaugurais.

E5 reflete sobre o ingresso como um processo que sintetiza a oferta do curso:

O ingresso é um reflexo desse processo todo. Eu acho que o que efetivamente pode levar a esse ingresso que é o principal é essa disposição de ter as aulas. Se tem um negócio que mesmo tendo algum atrapalhamento que é normal, tem aula, tem professor. Cada semestre é uma turma e cada turma tem suas especificidades. Assim como lá no primeiro semestre do ano passado tinha muita evasão. Agora esse ano não está havendo muita evasão. Mas, tem outras coisas. Tem os professores, tem o corpo docente disposto. Eu acho isso que é o principal. Porque muito é do interesse dos alunos. Muitos alunos procuram o transENEM com esse plano principal de entrar na faculdade, mas o plano de fundo se sobrepõe que é o da socialização. Mas, quem quer realmente estudar tem esse acesso, tem professores dispostos. Acho que a contribuição maior é a existência desse espaço.

O registro abaixo se refere à aula inaugural de 2018 para os alunos do curso do ENEM:



### 8.3. Níveis de participação e deliberações no curso

A organização do Coletivo tem início em 2015 buscando a sistematização do trabalho para oferecer o curso, identificando as necessárias formações necessária a todas/todos e as diferentes contribuições dos membros para ofertar o transENEM. A primeira manifestação para se pensar sobre um coletivo educacional voltado para as pessoas transexuais em Porto Alegre se deu através do Facebook, como rememora E4:

Eu estava no *facebook* e vi uma postagem da Nanni Rios, em que ela compartilhava uma notícia de um outro coletivo. [...] Naquele momento, em 2015, estavam acontecendo várias ações no Brasil que estavam surgindo esses coletivos, eu me interessei e várias pessoas também. No dia seguinte foi feito um grupo no *facebook* para marcarmos um encontro que foi lá na “Aldeia”, onde tinham muitas pessoas. [...] A importância dessa ação de criar um espaço para apoiar pessoas trans para se preparar para o ENEM, porque o ENEM naquela época certificava para o ensino médio. Então, a partir daí, nós começamos a nos reunir, combinamos algumas coisas que entendemos como importantes, que é da visibilidade trans.

A partir da identificação de pessoas com a proposta inicial, foram agregando profissionais e as tarefas foram sendo divididas, como relembra E4:” *Ir atrás de*

*professoras e professores, porque não adiantava nada a gente ter ideias e não ter gente para dar aulas. E fomos construindo*". E3 enfatiza que a intenção primordial era *"tentar formar os nós, laços dessa rede, pensa que somos em torno de cinquenta pessoas. Não é uma tarefa fácil"*. As pessoas envolvidas neste Projeto de Extensão, denominado como Coletivo Pela Educação Popular TransENEM, congregou em torno de 50 pessoas entre profissionais voluntários/as, alunos/as, bolsistas e profissionais do IFRS campus Porto Alegre.

Diante deste montante de participantes foi necessário contar com um sistema de comunicação eficiente, sendo então designada como uma das responsáveis a E6:

A comunicação envolve tanto a comunicação interna quanto a comunicação externa. Eu sou responsável pela divulgação do coletivo, por administrar a página pelo e-mail, e por administrar questões internas, no sentido de quando tem alguma formação. Organizar nossas reuniões, puxar elas, procurar local, ver disponibilidades das pessoas, fazer atas, organizar nossas informações. Enfim, tudo que envolve comunicação mesmo.

Como descrito na Zine do transENEM (2018), o coletivo é uma iniciativa que tem característica de autogestão, sendo as decisões tomadas de maneira horizontal sobre o seu funcionamento e as suas demandas, ocorrendo majoritariamente nas assembleias. São realizadas no segundo sábado de cada mês, cumprindo a pauta que foi traçada por todos que compõem o grupo, sendo transmitidas para a comunicação repassar através de e-mail para todos os membros do coletivo saberem com antecedência. A E5 menciona a importância da participação nas assembleias:

A gente fica se sentindo culpado quando não consegue participar e a gente tem que lembrar: eu estou participando o tempo inteiro! Somente hoje que eu não vou estar de corpo presente na assembleia, sabendo o que está acontecendo. Muito difícil dar este limite. E eu vejo isso no nosso grupo que muitas pessoas tem essas dificuldades, por isso as vezes resolvem "vou sair", "não vou sair".

Cada membro novo no coletivo é convidado, após a seleção de ingresso a assinar um termo de compromisso (anexo G), onde constam as decisões estabelecidas pelo grupo nas assembleias. Neste documento estão as combinações básicas que todo o coletivo deve ter ciência, assim que começa a fazer parte do grupo, como comprometimento nas assembleias sob pena de desligamento após duas faltas consecutivas, pois acredita-se que o simbolismo da assinatura deste termo materializa o engajamento para com o coletivo. Também é fundamental a presença nas formações, onde são tratados temas que abordam educação, saúde e sexualidade e

outro aspecto a ser observado é a necessidade de permanecer como professor ou membro da organização até o fim do semestre que ingressou no coletivo. Abaixo o registro fotográfico da assembleia de 10 de março de 2018:



Fonte: <https://www.facebook.com/transenempoa/>

Na assembleia de janeiro de 2018, para melhor organização das demandas, foram criados grupos de trabalho: galera da comunicação, galera do aqué e galera dos lances institucionais e o NAPPS que passou a ter este nome e a organização dos membros em 2018. A “galera da comunicação” é responsável pela elaboração da identidade visual do coletivo (como banners e material de divulgação), pelo e-mail e pelo acompanhamento, manutenção e gerenciamento de conteúdo da página do coletivo no *Facebook* e *Instagram*. Também é de sua atribuição chamar os membros para as assembleias mensais, controlar a presença e as justificativas de faltas das assembleias e dos dias letivos.

A “galera do aqué” que tem a responsabilidade de gerenciar as finanças do coletivo, viabilizando auxílio para passagens e inscrição em provas por parte do/as alunos/as através de projetos de captação de recursos para o coletivo. A “galera dos lances institucionais” tem como responsabilidade manter a ligação do coletivo com outras instituições que tenham interesses comuns, tais como o Curso Pré-vestibular Dandara dos Palmares e Território Popular<sup>21</sup> que também estão alocados no IFRS. Este grupo também comparece nas reuniões que acontecem no IFRS com o propósito de representar o coletivo nesta instituição.

O Núcleo de Apoio Psicológico, Pedagógico e Serviço Social (NAPPS) é um grupo de trabalho composto de três psicólogas, um psicólogo, duas pedagogas e duas assistentes sociais que se reúnem quando há alguma demanda específica fazendo além do acolhimento a escuta e possível encaminhamento das/dos alunas/alunos para políticas públicas de educação, saúde e serviço social em Porto Alegre. Em 2018 definiu esta estrutura, constituindo uma dinâmica própria dentro do curso:

Acho bem interessante o fato do coletivo ser uma célula viva. Então é muito difícil definir o que a gente faz. Porque a gente não sabe o que a gente vai ser convocado a fazer daqui a pouquinho. Os efeitos do nosso fazer. Então, vai se desdobrando mesmo quando a gente não consegue estar lá no IFRS em todas as aulas. A gente está sempre ligado e fazendo algum movimento. Acho que é o grupo que mais trabalha esse processo de compartilhar, pensar e ter uma posição do grupo, mesmo que a gente tenha que chegar em um consenso. Acho que o grupo funciona muito bem, mas porque sempre se consegue chegar em um consenso. Mas a gente sempre está nesta construção, e não vai somente na assembleia ou só quem está na sala de aula. Acho que esse é o diferencial do NAPPS. Deixamos o nosso contato (telefônico) aberto. Eu acho que estamos sempre participando. Sempre convocado à alguma coisa. Porque convoca um, convoca todos (A E5).

A matrícula de alunos/as novos/as realizada pelo NAPPS faz uma triagem com aspectos como aprendizagens, questões de saúde mental, necessidade de encaminhamento para a confecção do cartão de identificação social, bem como isenção das taxas na prova do ENEM e vestibulares. Este processo permite conhecer mais cada aluno e mapear os cuidados que devemos ter nessa relação. O núcleo também realiza contatos com professores e professoras e faz a mediação com o

---

<sup>21</sup> Estes cursos são ações que pretendem viabilizar e ampliar o acesso da população negra e da população de baixa renda ao ensino gratuito, contando com a parceria do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFRS, que atuam no desenvolvimento de ações afirmativas desta instituição de ensino, pesquisa e extensão.

Instituto Federal, como em situações relativas à formação dos servidores do instituto em questões relacionadas ao tratamento com respeito aos/às alunos/as, quando da sua identificação na portaria e nas dependências do prédio.

Uma deliberação importante para o coletivo, o projeto para pessoas transexuais ingressarem na educação superior até os dias atuais muitas coisas se modificaram, inclusive a inclusão de estudantes LGB principalmente quando em vulnerabilidade social.

A partir de maio de 2018, em decorrência do edital do IFRS foi possível passar a contar com duas bolsistas que fazem curso técnico no instituto - Biotecnologia e Técnico em Meio Ambiente - totalizando dezesseis horas semanais. São responsáveis por fazer a intermediação do Coletivo com o Instituto Federal, bem como atuar na divulgação do projeto para a comunidade externa. Na dimensão educacional também atuam de acordo com as necessidades dos/as alunos/as e dos professores, realizando impressões de materiais didáticos, entre outras atividades de suporte. As bolsistas também integram o grupo da “galera da comunicação”.

#### **8.4. Dimensão pedagógica: saberes e oferta educativa**

A cada semestre, ou ainda conforme a necessidade, são abertas vagas e divulgadas na página do Facebook do transENEM para novos professores e profissionais que desejem fazer parte do Coletivo. Para a seleção de professores/as - além do pessoal da organização e do NAPPS - também é convidado/a o/a professor/a da disciplina que está saindo do curso para compor a banca de entrevistas. A intenção é sempre ter mais de um/a professor/a pôr disciplina, para que possam trabalhar juntos e evitar que quando algum dos membros não puder comparecer, os/as alunos/as não fiquem sem aulas.

Anualmente são feitas algumas formações que tratam de temas de interesse e interface com o coletivo, sendo também um requisito para os profissionais atuarem no projeto. Em 2018 as formações ocorreram nos sábados pela manhã, tendo como temas Educação, Políticas Públicas e Saúde e Comunicação Não Violenta. E4 conta como foi a primeira formação no ano de 2015: *“Elas passaram algumas questões sobre leis para o coletivo, para quem estava ali, íamos falando sobre gênero e sexualidade”*. Os formadores também precisavam refletir o coletivo *“pensamos na busca de pessoas trans e não binárias para estarem junto pensando o coletivo. Não*

*ficar só pessoas cis pensando*”, complementa a E4. O E3 compartilha as impressões das primeiras formações que participou no início do funcionamento do coletivo:

As primeiras formações foram fundamentais para iniciar essa prática docente. A gente fez três formações naquele período e elas tinham temáticas e a primeira foi sobre gênero e sexualidade. E daí a gente se apresentou e debateu esses conceitos como a gente compreendia e também questões bem básicas. Tipo: como perguntar para as pessoas com que prenome chamar elas, enfim, essas questões bem básicas mesmo de identidade de gênero e aí depois a gente teve uma formação onde a gente conheceu militantes trans. E foram realmente importantes para ter noção do que a gente ia ter que fazer e desconstruir preconceitos, que são muitos estigmas tanto de vitimizar pessoas trans, também em relação a prostituição. Foi muito importante entrar em sala de aula depois dessas rodas de conversa de formação, que tiveram um caráter bem dialógico, que a gente pode colocar bastante dúvidas. Foi muito interessante.

O E1 comenta que sua ideia inicial era que a formação tivesse como objetivo *“ser ensinado a não ser transfóbico em sala de aula, que era o meu maior medo inclusive”*. Mas, percebeu que *“era sobre gênero e sobre a história disso várias questões e daí eu fui vendo ao longo do tempo que não se aprende isso em um curso, em uma palestra, mas na convivência mesmo”*. A E5 relembra como foi a sua primeira participação no coletivo:

A primeira coisa que eu participei foi da formação, que teve e foi bem importante, porque eu entendi mais ou menos como funcionava. Inclusive a galera tinha o nomezinho - como um crachá - e como que era o pronome. Achei isso muito interessante. Porque eu nunca tinha pensado nisso. Então, eu comecei a entender essa coisa de “alune”. Já na formação, porque tive esse contato, foi um resumo sobre sexualidade e gênero que eu já entendia melhor, mas também como funcionava a educação popular que eu não tinha contato.

Abaixo uma foto de formação realizada em 23 de junho de 2018, que tinha como tema Saúde e Políticas Públicas:



Fonte: arquivo pessoal

A cada seleção que acontece para novos membros, é enfatizado o quanto outros compromissos poderiam inviabilizar a atuação no transENEM ao longo do semestre, numa possível sobreposição de atribuições. A carga horária de dois períodos semanais em sala de aula, a participação das assembleias e nas formações são espaços a preservar, pois mesmo sendo um trabalho voluntário é importante a participação das/dos professoras/professores.

Contudo, mesmo com todo o empenho do coletivo para que estas situações não aconteçam, observa-se que alguns profissionais deixam de cumprir com o que se propuseram ao assinar o termo de compromisso com coletivo. Em contrapartida a maioria das/dos professoras/professores são responsáveis e assumem sua disciplina em parceria com as/os colegas da disciplina e realizam o planejamento conforme o objetivo do curso a ser realizado no semestre.

Dito isso, a alternância da oferta do curso – provas ENCCEJA<sup>22</sup> no primeiro semestre ou ENEM<sup>23</sup> no segundo semestre – requer que os conteúdos e

---

<sup>22</sup> O edital com as disciplinas e conteúdo para a prova do ENCCEJA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja>. Acesso em 03 de dezembro de 2018.

<sup>23</sup> O cronograma da prova do ENEM. Disponível em: <https://enem.inep.gov.br/>. Acesso em 03 de dezembro de 2018.

planejamentos se voltem para estas provas, requerendo flexibilidade para a construção das aulas conforme os editais. Nas aulas utilizam-se *power point*, aulas expositivas com utilização da lousa. Aulas e resumos enviados pelo *google drive* ou *google docs*, o que facilita a interação das/dos professoras/professores. Não existem avaliações durante os semestres, eis que a proposta é de preparação para provas, ENCCEJA foi em 05 de agosto e do ENEM 04 e 11 de novembro de 2018.

### 8.5. Processos de educação e cidadania

O Coletivo pela Educação Popular TransENEM acolhe pessoas que não reconhecem possibilidades na escola regular, potencializando condições de se sentirem capazes para retomar seus estudos, conforme E3 assinala:

A educação tem um potencial de transformação muito grande. [...] Eu vejo que o transENEM funciona muito na questão da formação cidadã e também com essa questão de empoderamento, de desenvolver uma rede de apoio, esse sentimento de pertencimento no espaço, mesmo. Viver, habitar a cidade, vendo esse como espaço de transformação e subversão social.

O E1 fala da importância do contato com os/as alunos/as:

Agora que estou aqui dentro, cada vez que a gente sabe mais da vida dos alunos e das alunas. A gente vê como é importante e como são pessoas realmente esquecidas pelo sistema. Como tem várias fragilidades e dificuldades, que a gente nem imagina, que a gente vive em bolhas as vezes. Várias bolhas dentro de outras bolhas, e estar aqui, está sendo muito de romper essas realidades, de acessar outras realidades.

Já a E2 faz referência ao público que o transENEM: *“Apoia, engloba, trabalha. É um público que não tá nos outros cursinhos, que não tá na escola. É um público que é marginalizado, invisibilizado. E ter esse espaço para eles é muito importante”*. A violência a que são submetidos os/as alunos/as, conforme menciona o E3, faz com que o trabalho desenvolvido tenha muitas questões emocionais envolvidas:

A gente está indo muito contra a corrente, então não é um trabalho fácil de fazer, porque a gente lida com muitos problemas sempre da ordem da saúde mental das pessoas, da ordem da violência externa. E dentro disso o transENEM, dentro de uma sociedade em um país que mais mata pessoas trans no mundo. A gente é um ponto de resistência imprescindível, que é muito significativo pensar que 50% dos nossos alunos passaram o ano passado. Passaram na UFRGS e também no ano retrasado a gente teve alunos que passaram e também algumas pessoas que não entraram na universidade, atingiram outras coisas em suas vidas. Eu vejo que a gente

teve um marco, um marco de empoderamento pessoal. Eu vejo que muitas vezes a gente é esse elo da rede apoio.

Para a E4 a valorização dos/as alunos/as é fundamental, como esclarece:

O mais importante é que as pessoas - estou falando das pessoas trans, alunos e alunas - que elas se sintam valorizadas e elas começam a resolver todos seus problemas pessoais, que não necessariamente a educação. A educação é só um detalhe, às vezes. Começam a resolver coisas da vida delas, das vidas particulares que estavam lá guardadas não sei onde, mas quando elas entram no coletivo elas começam a rever a sua vida e começam a resolver isso, o que eu acho sensacional. Se daqui a pouco elas vão fazer prova do ENEM, ENCCEJA, seja o que for, isso aí vai acontecer mais tarde. Serem protagonistas das vidas delas, para poderem decidir o que quer fazer, ou até não querer fazer curso nenhum. Fazer outra coisa. Sei lá, mas poder ter escolhas. Poder escolher. Elas podem perceber “eu posso ser uma pessoa que escolho as coisas para mim”. Resolver meus problemas e vou adiante. Para mim isso é sucesso!

E1 destaca que:

O importante é a gente conseguir falar com os alunos que não precisa ser agora que eles irão ingressar, que é um processo difícil para todo mundo, que eles não tem vários privilégios que outras pessoas tem [...] e não podemos desestimulá-los. A gente pode ter um papel importante nisso. De mostrar que é possível.

E3 explicita, no seu entender, as contribuições do coletivo para os/as alunos/as:

A gente prepara as pessoas para a prova, então essa é a primeira contribuição. Acho que as questões de empoderamento, questão da formação cidadã, elas se preparam bastante. A gente dá acesso a uma esfera da militância e de produções de saber que permitem que o trans não esteja à margem, mas sim, ter essa noção a gente não precisa ter as nossas existências legitimadas pelos outros e nem sentir elas sendo roubadas, impedidas de serem exercidas. A gente faz parte, coisa do tipo: Eu pertenço, eu tenho direito. A gente trabalha muito nesse sentido. E não precisa isso estar o tempo inteiro falando, mas também pelos exemplos das outras pessoas trans que estão dentro do coletivo, não como alunes.

A E6 avalia a atuação do um coletivo através da história de uma egressa:

Até agora acredito que o transENEM colheu bons frutos dentro do que a gente se propõe como coletivo. Tanto nessa parte mais prática de as pessoas realmente fazerem a prova do ENCCEJA, NEEJA, ENEM, vestibular, como também na questão social as pessoas se perceberem. A partir do transENEM elas começaram a participar desse mundo. Sempre vou citar a “E”. Ela não chegou a fazer o ENEM. Ela teve problemas com a questão do mercado de trabalho, preconceito, tudo o mais. E ela conseguiu se realocar de novo e o transENEM só deu força para ela melhorar o próprio espaço das mulheres cis ou trans dentro da área da TI. Então, ela milita em cima disso, buscando mulheres para a área da tecnologia e da ciência. Ela não tem o ensino

superior. Nós cumprimos com um papel muito maior. [...] Então, eu acredito que nós criamos essa consciência nela e ela conseguir reproduzir isso no mercado de trabalho, na vida profissional dela e que em outras mulheres cis e trans, e isso é fenomenal.

A E2 entende que é muito importante os/as alunos/as conseguirem chegar até o coletivo, pois *“eles já são vítimas de vários preconceitos, imagina. A gente precisa prepara-los para que estejam, tenham uma cabeça crítica, um pensamento autônomo, tenham um bom psicológico para conseguir ingressar na universidade”*. E3 ainda menciona que o

O apoio, para muito além do que a gente pode dar - pois a gente está ali oferecendo o curso - mas como é um espaço que oferece acolhimento e segurança, e é seguro. [...] Os alunos sentem este acolhimento e está segurança, tornando este ambiente educacional diferenciado e propiciando que os alunos tenham liberdade de expressar suas orientações e identidades de gênero, sem sofrerem preconceitos e discriminações.

A seguir são compartilhadas algumas mensagens enviadas por alunos/as no grupo de *WhatsApp* que visibilizam também suas manifestações ao conquistarem a aprovação nas provas em que se inscrevem, e as perspectivas que passam a perceber:

Oi galerinha, eu mal sou de conversar aqui. Mas hj vim para agradecer a oportunidade de ter participado do coletivo transENEM, agradecer aos professores que estão e aqueles que já se desligaram do coletivo, vocês são nota 100, pq se não fosse por vocês eu não teria ido bem na prova e passado. Ontem eu fui ver novamente minhas notas no ENCCEJA e tudo deu acima da média. Obrigado de coração por vocês permanecerem do nosso lado e acreditar em nós...Obrigado de coração mesmo (N).

Agora estou comemorando, conferi o gabarito oficial e fiz 79 acertos na primeira prova e 64 nas exatas. Esse ano foi (até agora) de luta: mudança de cidade, de casa/espaco/metade do ano descobrimos que a “L” (minha filha) tem diabetes, meio mês no hospital, depois rompimento com a família, rompimento com amigos, saída do outro cursinho. Daí conheci o transENEM e novamente a vida mostrando caminho: têm vezes que parece que não vai melhorar, que tudo dará errado e, no entanto, tu estás ali fazendo exatamente o que deveria fazer, no lugar que deveria estar, tudo é caminho e sempre é tempo de tentar. Dentro do Coletivo encontrei muita gente com histórias de superação, coragem, altruísmo, dificuldades também. Agora consigo enxergar a vaga na faculdade, ao mesmo tempo as vozes que me falavam que nunca seria nada, que não era mais tempo de estudar, que fosse trabalhar numa coisa qualquer, que desistisse e focasse em cuidar da filha, da vida, que casasse...Elas foram substituídas por vozes amigas, das amigas, dxs profxs, de vocês todes e a (perdoem o romantismo) do meu coração teimoso e treteiro.[...] Não irei mais fazer Direito, sim Engenharia de alimentos (UFRGS) ou Tecnologia de Alimentos na Fundação, focando em

pesquisa para diabéticos, logo, ajudar minha “L” ter uma vida linda e poder alcançar seus sonhos. Obrigada transENEM, cada um que faz com que acreditemos em nossas capacidades e que nos incentiva a desenvolvê-las. Amo vocês e contem comigo sempre (K).

A rede de comunicação via *WhatsApp* é muito ativa e a mais utilizada pelas/os alunas/os para questões de diversas ordens, envolvendo professores/as, técnico/as para solicitações e manifestações carregadas de intensidade. Situações como combinações das aulas como o professor “L” enviou: [...] “*peessoas, hoje vou fazer uma revisão de tudo que vimos em matemática e vou corrigir exercícios! Tragam suas dúvidas*”, como troca de períodos, passeios, bem como uma briga que uma aluna se envolveu e pediu auxílio, fazendo com que alguns membros do coletivo se envolvessem para prestar socorro no meio da noite.

Neste momento percebemos como ocorrem manifestações das/dos alunas/alunos, que fogem do relacionamento da sala de aula e que fazem pensar que tipo de abordagem seria a ideal. Ocorrências como esta relatada acima, impactam no grupo do transENEM de diversas maneiras, mesmo com graus de envolvimento diferentes, as pessoas não realizam somente o que está estabelecido para a sua função e voltam para suas casas com sensação de dever cumprido. No coletivo percebe-se pelas ações dos membros que a preocupação com a segurança, o acolhimento e com o bem-estar dos estudantes é verdadeira, assim como a mensagem que o professor enviou para aqueles que fariam a prova do ENEM, demonstrará:

Querides alunes, em poucas horas vocês vão estar fazendo uma prova comprida, que demanda atenção. Tratem-na com carinho, deem atenção para ela. Amanhã é um dia de mostrar o que se sabe, de fazer o que se pode fazer, sem arrependimentos, porque cada dia trouxe vocês até aqui, e nada poderia ter sido diferente, ainda mais no ano que estamos vivendo. Façam o melhor que puderem, como sempre fizeram. Vai ficar tudo bem” (H).

Estas manifestações de cuidado que envolvem os relacionamentos no coletivo faz com que todos se sintam incluídos nas atividades desenvolvidas em sala de aula, nos grupos de *whatsapp*, podendo emitir sua opinião como membro que compõe o coletivo, sendo sua opinião de extrema importância. Essa valorização é fundamental para que esteja seguro e confiante para enfrentar as provas que deverá realizar.

## **Considerações finais**

A investigação, de característica qualitativa, com delineamento de estudo de caso, analisou a experiência do curso transENEM de Porto Alegre. A coleta de dados contemplou fontes como entrevistas, documentos institucionais, observação participante, postagens do coletivo e de seus membros nas redes sociais, fotos e Zine transENEM. A análise, sob a perspectiva hermenêutica, privilegiou a interpretação contínua dos elementos analisados.

As informações e inscrições para o ingresso dos/as alunos/s se dá através das redes sociais, sendo posteriormente realizadas entrevistas que buscam conhecer os/as aluno/as e as expectativas o processo de aprendizagem e o ingresso no coletivo. Em relação à permanência no transENEM, aspectos como a condição financeira e a heterogeneidade das turmas são desafios que demandam novas formas de organização e oferta dos cursos.

Como o coletivo é uma iniciativa de caráter autogestionável, suas decisões são tomadas nas e nos grupos de trabalho - “galera da comunicação”, “galera do aquí”, “galera dos lances institucionais” e o NAPPS - promovendo diversas formas de abordagem junto aos estudantes, professores/as, organizadores/as e o com o Instituto Federal que sedia o projeto.

Os/as professores/as e outros profissionais do transENEM são voluntários/as, mantendo uma equipe horizontal que organiza e oferta o curso desde 2016. O intuito original de preparação para o vestibular sofreu alterações tendo em vista necessidades das pessoas que têm integrado ao transENEM, passando a também receber alunos para o ENCCEJA e o ENEM. Inicialmente também se destina para o público trans, mas a partir da procura de outros/as estudantes e de deliberações da assembleia, a partir de 2018 também contempla gays e lésbicas nas turmas de preparação para os exames. Ambas as mudanças referidas indicam que a experiência do coletivo trouxe flexibilidade diante das condições percebidas: há dificuldades de escolarização antes e no ensino médio que precisam ser atendidas para que o/a estudante chegue à universidade; de outro lado há outros públicos que ainda enfrentam discriminação no ambiente escolar, o que compromete sua progressão, também necessitando políticas de acesso.

Embora sendo uma construção recente, há resultados importantes já conquistados, não somente em relação à aprovação nos exames, mas no engajamento no coletivo, na conquista de oportunidades profissionais, na formação de uma rede de apoio entre os/as alunos/as e destes/as com o Coletivo, e ainda na utilização e participação de espaços públicos. Contudo, há questões que podem ser qualificadas, como as estratégias pedagógicas, a sistematização e organização de informações e registros do projeto e a instituição de redes de assistência mais efetiva para apoio aos/às alunos/as.

O caráter democrático, horizontal e autogestionário do projeto também cultiva alguns ideários, como a não instituição de um/a responsável, pois todos os membros da equipe são solidários e refutam a imposição de regras. Não há consenso porque parece que queremos impor regras. Contudo, em vários momentos isto sobrecarrega algumas pessoas e quase todos/as são também multitarefas. Neste sentido, pode implicar dificuldades, quando por exemplo, novos professores ingressam e parece que ficam aguardando algum tipo de orientação quanto a maneira de exercer sua função junto aos alunos. A busca dos /alunos para demandas diversas vale-se mais da proximidade com o/a professor/a ou técnico/a, do que com a especificidade de sua formação, o que indica também outras vertentes deste funcionamento do projeto.

Sendo um curso que se constitui a partir da exclusão de sujeitos na escola regular e na sociedade, de maneira mais ampla, pode-se afirmar que promove a potencialidade da educação para todos/as. Enquanto direito fundamental, pode modificar as condições de vida, conquistando a cidadania a partir de outros espaços de pertencimento e filiação, provocando a ampliação de seus horizontes.

## REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam; RIAL, Carmen. Uma trajetória pessoal e acadêmica: entrevista com Raewyn Connell. **Rev. Est. Fem.**, v. 21, n. 1, p. 211-221.jan – abr 2013.

ABGLT. **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil:** as experiências de adolescentes jovens, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Curitiba, 2016. Disponível em <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em:

ACOSTA, Tássio. **Morrer para nascer travesti: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância.** 29/02/2016. 205 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, S.P., 2016.

ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Rev. Est. Fem.**, v. 20, n. 2, p.513.maio/ago. 2012.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa. (Trans) Narrativas de Fronteira. **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.3, n.1, 2014.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa.** 17/08/2012. 278f. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, C.E., 2012.

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017.** Brasil, 2018. Disponível em <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

ARAÚJO, Gabriela Costa; SILVA, Tamires Barbosa Rossi. **Transpondo o Enem: Educação Como Prática para a Liberdade.** IV Simpósio Nacional Gênero e Interdisciplinaridades. Faces e interfaces da violência de gênero. Universidade Federal de Goiás, 18 a 20 de maio de 2016.

BENTO, Berenice. **A (re) invenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008. (Primeiros passos).

\_\_\_\_\_. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**, Ago. 2011, vol.19, nº. 2, p.549-559.

\_\_\_\_\_. A campanha internacional de ação pela despatologização das identidades trans: entrevista com o ativista AmetsSuess. **Rev. Estud. Fem.**, Ago 2012, vol.20, no.2, p.481-484.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Vivências trans: desafios, dissidências e conformações - apresentação. **Rev. Estud. Fem.**, Ago 2012, vol.20, no. 2, p.485-488.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Rev. Estud. Fem.**, Ago 2012, vol.20, no. 2, p.559-568.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 54 ed. atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf). Acesso em: 26 de setembro de 2018.

BRASIL. Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC\\_EnsinoMeio\\_embaixa\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMeio_embaixa_site.pdf). Acesso em: 20 de abril de 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: Conceitos e Legislação / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará. – 2. ed., rev. e atual. – Brasília: MPF, 2017.

BRITO, Camila Pina. “**Já é negro e ainda quer ser travesti?**” Experiências trans de mulheres negras. Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, Mário; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Rev. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino americana**, n.14, p.319-351. Ago,2013.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al (org). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DUARTE, Francisco Ednardo Barroso. **As representações sociais de universitários de sexualidades LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida**. 307 f. Tese (Doutorado em Educação). Instituto em Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

FLICKINGER, H. G.; ROHDEN, L. **Hermenêutica filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer**. EDIPUCRS, Porto Alegre. 2000.

FONSECA, Rui Pedro Paulino da. Condições de produção dos feminismos artísticos em Portugal. **Rev. Est. Fem.**, 2013, vol.21 (#), p.1015 (24).

FRANÇA, Rebeca de; NOGUEIRA, SayonaraNaidier Bonfim; ARAÚJO, Maria Cristina Cavalcanti. A importância do uso do nome social no exame nacional do ensino médio-ENEM. **Geoconexões**, 2016, vol.2, p. 21-25.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Rev. Estud. Fem.**, Ago 2015, vol.23, no.2, p.325-346.

FROES, Priscila. **Trans Enem de Porto Alegre como alternativa para a formação de mulheres travestis e pessoas transexuais**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

GALLI, Rafael Alves; VIEIRA, Elisabeth Meloni; GIAMI, Alain; SANTOS, Manoel Antônio dos. Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, outubro/dezembro, 2013, vol.29(4), p.447 (11).

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Camila de Jesus Mello. **Transexualidade e direitos humanos: o reconhecimento da identidade de gênero entre os direitos da personalidade**. Curitiba: Juruá, 2014.

GUIMARÃES, Gabrielle Gazapina. **TransENEM POA: etnografia sobre um curso pré-vestibular de educação popular voltado à pessoas transexuais, mulheres travestis e LGB inclusivo**. Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

HERMANN, Nadja. **Hermenêutica e Educação**. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

IBGE. **Censo demográfico**, 2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

KUBOTA, Nádía Fujiko Luna. **Okinawanos e não okinawanos em Campo Grande: relações de parentesco e famílias**. 24/03/2015, 239f. Tese (Doutorado) – Antropologia Social – Universidade Federal de São Carlos, S.P., 2015.

LANZ, Leticia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Uma introdução aos estudos transgêneros. Transgente. Curitiba, PR, 2015.

LEITE JR., Jorge. Transitar para onde? Monstruosidade, (des) patologização, (in) segurança social e identidades transgêneros. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, 20 (2): 559-568, maio – agosto/ 2012.

\_\_\_\_\_. Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. **Rev. Estud. Fem.**, maio-agosto/2014.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, Ago 2008, vol.19, no.2, p.17-23.

\_\_\_\_\_, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª ed., Vozes. Petrópolis, RJ, 2014.

\_\_\_\_\_, Guacira Lopes (org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3ª ed., Autêntica. Belo Horizonte, 2016.

\_\_\_\_\_, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. 2ª ed., Autêntica. Belo Horizonte, 2016.

MERCHAN, Hamann Edgar. Training process of the social representations on transsexuality among health professional: possible ways to overcome prejudice. **Rev. Ciência e Saúde Coletiva**, nov. 2014, vol.19(11), p.p.4545-4554.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed., Vozes, RJ, 2010.

MONTEIRO, A. O.; LIMA, L. B.; CABRAL, M. Y. R. **Transexualidade e Direitos Humanos**: uma luta por dignidade e cidadania. Desfazendo Gênero, 2017. GT 12: Direitos, cidadania e sexualidades humanas: questões de gênero e a (in) visibilidade das sexualidades divergentes. Universidade Federal da Paraíba.

MORAES, Cristiano da Silva Brasil de. **Transexual, transversal, transgressão**. 27/07/2016. 122f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, R.J., 2016.

NERY, João W. **Viagem solitária**: memórias de um transexual 30 anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

NEVES, Andréa Carneiro de Menezes. **Co - infecções por HIV/ Aids, Treponema Pallidum e Hepatites B e C entre usuários de um Centro de Testagem e Aconselhamento**. 25/07/2011, 55p., Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina de São Jose do Rio Preto, S.P., 2011.

NOGUEIRA, SayonaraNaidier Bonfim; CABRAL, Euclides Afonso (orgs). A Carne Mais Barata Do Mercado: Dos Assassinatos A Violação De Direitos Humanos Da População Trans No Brasil. **Observatório Trans**.Uberlândia, MG, 2018.

OLIVEIRA JUNIOR, Eudes Quintino de. **As condutas e responsabilidades médicas em face do princípio da autonomia do paciente**. 31/08/2010, 290p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina em São José do Rio Preto, S.P., 2010.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaiás Batista de; MAIO, Eliane Rose. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar.**Revista**

da **FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 159-172, jan./abr. 2016.

PERES, Alos Anselmo. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. **Rev. Est. Fem.**, maio/agosto 2011, vol.19 (2), p.421 (29).

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Rev. Textos & Contextos** (Porto Alegre), v.10, n.1, p.193-198, jan./jul. 2011.

PRINCÍPIO DE YOGYARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.** 2007. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta). Acesso em: 05 de fevereiro de 2018.

QUARESMA DA SILVA, Denise Regina. Exclusion de adolescentes embarazadas em las escuelas em el sur de Brasil: un analisis de la educacion sexual y sus consecuencias. **Revista de Estudios Sociales**, 2016, issue 57, p.78(11).

REIDEL, Marina. **A Pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira.** 2013, 162f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, R.S., 2013.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017.

\_\_\_\_\_, Toni (org). **Manual de Comunicação LGBTI+.** 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/ Gay Latino, 2018.

SANTOS, Dayana BrunettoCarlin dos. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. **Cad. Pesqui.**, Set 2015, vol.45, n.157, p.630-651.

\_\_\_\_\_, Dayana BrunettoCarlin dos. **Docências trans: entre a decência e a abjeção.** 31/03/2017. 445f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, P.R., 2017.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior.** 22/02/2017, 152f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, S.P., 2017.

SILVA, Glauber Weder dos Santos. **Existências dissidentes e apagamentos: fatores associados à ideação suicida em pessoas transgênero.** 19/12/2016, 95f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, R.N., 2016.

SILVA, Hélio R.S. **Travestis: entre o espelho e a rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **GEO UERJ**. Ano 10 – nº 18 – vol. 1 – 1º semestre de 2008.

SILVA, Tamires Barbosa Rossi. Nome social: facilitador de direitos? 4º Seminário internacional de educação e sexualidade. De 19 a 21 de julho de 2016. Vitória-ES.

\_\_\_\_\_. Tamires Barbosa Rossi. **Experiências Multissituadas: Entre Cursinhos Trans e Ativismos: Quais Narrativas, Que Cidadania é Essa?**2017. 132 f. Dissertação. (Mestrado Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista. Campus Marília, 2017.

TASCH, Fabiano Rosa. **(Trans) Química: Ensino, Abordagens, Desafios e Possibilidades**. Curso de Química. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

TEDESCO, Caio; BITTENCOURT, Luiza. **Livreto vermelho**. Porto Alegre, 2018. Não publicado.

TORRES, Marco Antônio. Direitos Humanos LGBT (Lésbicas, gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) na Educação Brasileira e as Lógicas Heterossexistas. **Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 23 a 26 de agosto de 2010, p.01-10.

TRANSEMEM. Coletivo pela Educação Popular. **Ata da Assembleia de janeiro de 2018**. Porto Alegre, 2018.

WITTMANN, Isabel. Transhomens: masculinidades, políticas e vivências. **Rev. Est. EFm**, 2016, vol.24 (2), p.661(3).

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZINE, transENEM. Coletivo de educação popular voltado para pessoas trans binárias e não binárias, mulheres travestis e LGB inclusivo. Porto Alegre, 2018. Não publicado.

## APÊNDICE A- Termo de consentimento livre e esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Prezado (a) Participante

Estás sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre “**Acesso à educação superior: a experiência do Coletivo pela Educação Popular TransENEM Porto Alegre**”, que está sendo realizada pela mestranda Cintia Itaqi, sob orientação da prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> Denise Macedo Ziliotto, da Universidade La Salle, Canoas-RS.

Tua participação neste estudo é de suma importância. Se concordas em participar, por favor leia atentamente as informações abaixo e, se estiveres de acordo com os termos, assina onde está indicado teu nome. Caso queiras desistir, mesmo após a assinatura, estarás livre para fazê-lo a qualquer momento, quando então poderás ter de volta este Termo de Consentimento, se julgares necessário. Eu, Cintia Itaqi peço tua autorização para que as informações prestadas possam ser posteriormente utilizadas gerar conhecimentos sobre a realidade pesquisada, a partir de apresentação dos resultados em eventos científicos e publicações.

Dessa forma, forneço abaixo os esclarecimentos necessários:

1 - O objetivo da pesquisa consiste em analisar a experiência do coletivo pela educação popular TransENEM Porto Alegre enquanto dispositivo para o acesso à educação superior.

2 - O entrevistado participará de encontro com o pesquisador, cujo áudio será gravado digitalmente, e posteriormente transcrito.

3 - A identidade do entrevistado será preservada; um pseudônimo será usado no momento da transcrição. As gravações serão armazenadas por um período de 05 (cinco) anos.

4 - Em relação aos riscos possíveis aos participantes, estão a sensibilidade diante de fatos lembrados e maior emotividade ao relatar experiências e sentimentos; dentre os benefícios da pesquisa estão à possibilidade de externar vivências e ressignificá-las, a partir do diálogo com o pesquisador.

5 - Em qualquer momento do processo de pesquisa, o entrevistado poderá pedir esclarecimentos, bem como ter acesso à gravação e à transcrição da(s) sua(s) entrevista(s), podendo solicitar, se entender necessário, uma revisão ou mudança de opinião, a supressão de trechos ou mesmo o cancelamento da sua participação na pesquisa, requisitando a eliminação dos dados coletados.

6 - A participação é voluntária, não cabendo ao entrevistado nenhum ônus ou gratificação financeira.

7 - Qualquer esclarecimento com relação à pesquisa e/ou à entrevista poderá ser obtido junto à Mestranda Cintia Itaqi – Telefone: 51 99138 9066 E-mail: [cintia.itaqui@gmail.com](mailto:cintia.itaqui@gmail.com), com a orientadora Denise Macedo Ziliotto– Telefone: (51) 3476 8407 E-mail: [denise.ziliotto@unilasalle.edu.br](mailto:denise.ziliotto@unilasalle.edu.br)

Por estar de acordo com os termos acima, eu, \_\_\_\_\_ me declaro voluntário (a) para esta pesquisa e dou consentimento livre e esclarecido para que sejam feitas as análises necessárias a esta pesquisa, bem como para o uso e a publicação dos dados, na forma acima referida, permanecendo com duas vias deste termo.

Porto Alegre, de \_\_\_\_\_ de 201 .

\_\_\_\_\_  
Participante

\_\_\_\_\_  
Cintia Itaqi

**APÊNDICE B –ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA**  
Professores /Organização

1. Nome:
2. Idade:
3. Formação:
4. Como soube do Coletivo TransENEM e da seleção?
5. Participou da Formação inicial no Coletivo TransENEM?
6. Há quanto tempo atua como organizador ou professor neste coletivo? Como foi sua inserção?
7. Você trabalha em outra escola ou tem outras atividades?
8. Como é teu engajamento com o movimento LGBT?
9. Quais são suas atribuições e responsabilidades no coletivo atualmente?
10. Qual é sua visão sobre o Trabalho realizado no TransENEM?
11. Quais os limites da sua atuação? Quais são seus maiores desafios hoje?
12. Na sua opinião como o Coletivo pela educação popular TransENEM contribui para o ingresso dos/as alunos/as na educação superior?

## **ANEXO A**

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2015 Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. A PRESIDENTA DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÕES DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – CNCD/LGBT, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010, e com fundamento no Parecer CNDC/LGBT nº 01/2015;

Considerando o Art. 5º da Constituição Federal, que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza – entendendo-se aqui inclusive as diferenças quanto a sexo, orientação sexual e identidade de gênero;

Considerando os princípios de direitos humanos consagrados em documentos e tratados internacionais, em especial a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), o Protocolo de São Salvador (1988), a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001) e os Princípios de Yogyakarta (Yogyakarta, 2006);

Considerando a Lei nº 9.394/1996, que define as diretrizes e bases da educação nacional que, em seu Art. 2º, estabelece a educação como dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, indicando, em seu Art 3º, como princípios do ensino, entre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o respeito à liberdade e o apreço à tolerância;

Considerando os compromissos assumidos pelo Governo Federal no que concerne à implementação do Programa “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual”

(2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), do Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH3(2009) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2012), resolve:

Art. 1º Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Art. 2º Deve ser garantido, àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

Art. 3º O campo “nome social” deve ser inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares.

Art. 4º Deve ser garantido, em instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Art. 5º Recomendase a utilização do nome civil para a emissão de documentos oficiais, garantindo concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social.

Art. 6º Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

Art. 7º Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, deve ser facultado o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito;

Art. 8º A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável.

Art. 9º Estas orientações se aplicam, também, aos processos de acesso às instituições e sistemas de ensino, tais como concursos, inscrições, etc, tanto para as atividades de ensino regular ofertadas continuamente quanto para atividades eventuais.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JANAINA BARBOSA DE OLIVEIRA

**ANEXO B****DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016**

Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, *caput*, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º, *caput*, inciso III, no art. 3º, *caput*, inciso IV; e no art. 5º, *caput*, da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

*Parágrafo único.* Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto.

*Parágrafo único.* É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.

Art. 3º Os registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter o campo "nome social" em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos.

Art. 4º Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil.

Art. 5º O órgão ou a entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional poderá empregar o nome civil da pessoa travesti ou

transexual, acompanhado do nome social, apenas quando estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros.

Art. 6º A pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor:

I - um ano após a data de sua publicação, quanto ao art. 3º; e

II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Brasília, 28 de abril de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF

**ANEXO C****Decreto Nº 49122 DE 17/05/2012**

---

*Institui a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul.*

O Governador do Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, inciso V, da Constituição do Estado,

Decreta:

Art. 1º. Fica instituída a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul, para o exercício dos direitos previstos no Decreto nº 48.118, de 27 de junho de 2011.

Art. 2º. A Carteira de Nome Social terá o modelo previsto no Anexo Único deste Decreto no qual deverá constar, obrigatoriamente, os seguintes dizeres: Válida para tratamento nominal nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Rio Grande do Sul.

Art. 3º. É requisito obrigatório para confecção da Carteira de Nome Social a prévia identificação civil no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 4º. Expedida a Carteira, o prenome escolhido não poderá ser alterado.

Art. 5º. Caberá ao Instituto-Geral de Perícias a confecção da Carteira de Nome Social, que começará a ser expedida no prazo de noventa dias após a publicação deste Decreto.

Art. 6º. O Instituto-Geral de Perícias fica autorizado a regulamentar administrativamente o procedimento para a expedição da Carteira de Nome Social.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 17 de maio de 2012.

TARSO GENRO,

Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.

## ANEXO D

Publicação feita no *facebook* para inscrições das turmas de ENCCEJA e ENEM

**As inscrições seguem abertas!**

**Faça parte do TransENEM  
e qualifique-se para o  
ENCCEJA 2018!!**

**Inscrições abertas  
até 21/03/2018**



***INSCRIÇÕES ABERTAS***

***Você já pode se inscrever para a  
nossa turma preparatória para o  
ENEM 2018!***

***Período vai de 08/06 até  
25/07***

***As informações para realizar a inscrição  
estão no texto da postagem!***



**ANEXO E**

**TRANSENEM**

**FICHA DE MATRÍCULA PARA ALUNES**

**IDENTIFICAÇÃO**

NOME SOCIAL: \_\_\_\_\_

POSSUI CARTEIRA DE NOME SOCIAL? ( ) SIM ( ) NÃO

SE NÃO, TEM DESEJO EM ENCAMINHAR ? ( ) SIM ( ) NÃO

OBS.: AGORA É PERMITIDO POR LEI A TROCA DO NOME EM CARTÓRIO VIA AUTODECLARAÇÃO.

COMO VOCÊ SE IDENTIFICA?

MULHER TRANS ( ) MULHER TRAVESTI ( ) HOMEM TRANS ( ) PESSOA NÃO BINÁRIA ( ) MULHER CIS ( ) HOMEM CIS ( )

LÉSBICA( ) GAY( ) BISSEXUAL( ) PANSEXUAL( ) OUTRE: \_\_\_\_\_

QUAL RAÇA/ETNIA VOCÊ IDENTIFICA:

( ) BRANCO (A) ( ) NEGRO (A) ( ) INDÍGENA

DATA DE NASCIMENTO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

ESCOLARIDADE/ ATÉ QUAL ANO FREQUENTOU: \_\_\_\_\_

MOTIVO DA EVASÃO: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO (CASO NÃO POSSUIR, DEIXAR O DE ALGUMA INSTITUIÇÃO QUE FAZ O ACOMPANHAMENTO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA): \_\_\_\_\_

TELEFONE PARA CONTATO: ( ) \_\_\_\_\_

TELEFONE DE ALGUMA REFERÊNCIA PARA CONTATO: ( ) \_\_\_\_\_

NOME DA REFERÊNCIA E TIPO DE VÍNCULO: \_\_\_\_\_

EXISTE ALGUÉM QUE VOCÊ NÃO GOSTARIA QUE CONTATASSEM CASO ACONTEÇA ALGO? SE SIM, DEIXE O NOME E TIPO DE VÍNCULO: \_\_\_\_\_

POSSUI ALGUMA RENDA? ( ) SIM ( ) NÃO

RECEBE ALGUM BENEFÍCIO (EX. BPC, BOLSA FAMÍLIA...)? \_\_\_\_\_

QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ? \_\_\_\_\_

NA SUA CASA, A RENDA SOMA EM TORNO DE \_\_\_\_\_

NO MOMENTO ESTÁ TRABALHANDO? ( ) SIM ( ) NÃO

ONDE E/OU QUAL OCUPAÇÃO? \_\_\_\_\_

TRABALHA OU JÁ TRABALHOU FORMALMENTE? ( ) SIM ( ) NÃO

ONDE? \_\_\_\_\_

É OU JÁ FOI ACOMPANHADO POR ALGUM SERVIÇO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL? ( ) SIM ( ) NÃO

SE SIM, QUAL? \_\_\_\_\_

**INFORMAÇÕES DE SAÚDE E SAÚDE MENTAL:**

É PCD? ( ) SIM ( ) NÃO

SE SIM, NECESSITA DE ALGUM ATENDIMENTO ESPECIAL? ( ) SIM ( ) NÃO

ESPECIFIQUE: \_\_\_\_\_

UTILIZA A REDE SUS OU SERVIÇO DE CONVÊNIO PARTICULAR? \_\_\_\_\_

FREQUENTA OU JÁ FREQUENTOU A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PRÓXIMA DE SUA CASA? ( ) SIM ( ) NÃO

SE SIM, QUAL SERIA? \_\_\_\_\_

FAZ OU JÁ FEZ TRATAMENTO NA SAÚDE MENTAL? ( ) SIM ( ) NÃO

QUAL O PERÍODO? \_\_\_\_\_

FAZ USO DE MEDICAÇÃO CLÍNICA OU PSIQUIÁTRICA? ( ) SIM ( ) NÃO

QUAL(IS)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

JÁ UTILIZOU A EMERGÊNCIA CLÍNICA DO MUNICÍPIO? ( ) SIM ( ) NÃO

MOTIVO: \_\_\_\_\_

JÁ UTILIZOU A EMERGÊNCIA PSIQUIÁTRICA DO MUNICÍPIO? ( ) SIM ( ) NÃO

MOTIVO: \_\_\_\_\_

FAZ USO DE ALGUMA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA? \_\_\_\_\_

CONSIDERA QUE SE ATRAPALHA OU ABUSA DELAS? ( ) SIM ( ) NÃO

SE SIM, JÁ REALIZOU ALGUM TRATAMENTO EM RELAÇÃO A ESSA DEMANDA?

**ANEXO F**

Publicação feita no *facebook* sobre o brechó do transENEM na Redenção

**Convidamos você a participar do:**

**BRECHÓ DO TRANSEENEM**

<b>Quando?</b>	<b>Que horas?</b>	<b>Onde?</b>
<b>Domingo, 22/07</b>	<b>A partir das 15h30min</b>	<b>Na Redenção</b>

**AJUDE-NOS A MANTER A  
TRANSFORMAÇÃO  
EM MOVIMENTO!**



## Anexo G- Termo de Compromisso

### Termo de Compromisso - TransENEM POA

A quem se compromete a colaborar com o Coletivo pela Educação Popular TransENEM POA no primeiro semestre de 2018 (de 01 de fevereiro a 14 de julho).

Para professoras/es quanto as obrigações:

1. Disponibilidade de lecionar uma vez por semana, no turno da noite;
2. Preparar alunas e alunos para as provas do ENCCEJA.

Geral - quanto à participação:

1. Realizar formação continuada em educação popular, gênero, sexualidade e educação de jovens e adultos;
  - 1.1 Isto implica em comparecer às formações proporcionadas pelo coletivo;
  - 1.2. Implica ainda em elaborar juntamente com o coletivo novas formações.
2. Disponibilidade para comparecer assiduamente à assembleia geral mensalmente, no segundo sábado de cada mês, às 14h (local a decidir);
3. Participar de forma ativa na organização do coletivo (respondendo e-mails, participando das iniciativas que o coletivo empreender, ouvindo e dialogando nos encontros etc.);
4. Comprometer-se a permanecer atuando no coletivo pelo menos até o fim deste semestre.

Critérios de exclusão do coletivo:

1. Agir de forma LGBTfóbica, machista, racista ou fascista (em âmbitos do coletivo ou fora dele);
2. Duas faltas consecutivas (mesmo justificadas) em assembleias ou dias letivos; ○ Não estão inclusos aqui casos de rodízios dentro das disciplinas.
3. Envolvimento afetivo-sexual com alunes;
4. A falta na formação implicará na impossibilidade de atuar no coletivo (lidar com alunes, representar o coletivo, etc.); ○ Os professores, para atuar em sala de aula, precisam obrigatoriamente passar pela formação.

Casos excepcionais podem ser trazidos em assembleias para deliberação coletiva. Geral - quanto à saída:

1. Quando necessário afastamento de alguma função, ou do coletivo, informar via e-mail e via whatsapp com pelo menos um mês de antecedência;
2. Se possível, escrever uma justificativa sobre a saída, caso seja relacionada ao coletivo (deixar críticas e sugestões);
3. Auxiliar no processo seletivo ao cargo que deixará vacante;
4. Retirar-se somente após já haver encaminhamento de substituição.

\_\_\_\_\_ Ciente. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

## ANEXO H

Publicações feitas no *facebook* do transENEM no dia 17 de julho de 2018, para seleção de professoras/professores e demais membros do coletivo.

**SELECIONAMOS**

***Graduades ou graduandes em:***  
***Comunicação Social***  
***Psicologia***  
***Serviço Social***

***Voluntárie para:***  
***Financeiro***  
***(Captação de Recursos)***

***Formulário de inscrição na descrição***  
***Contato: transenempoa@gmail.com***



**SELECIONAMOS**

***Licenciades ou licenciandes em:***

<b><i>Biologia</i></b>	<b><i>Literatura</i></b>	<b><i>Química</i></b>
<b><i>Espanhol</i></b>	<b><i>Matemática</i></b>	<b><i>Redação</i></b>
<b><i>Geografia</i></b>	<b><i>Música</i></b>	<b><i>Sociologia</i></b>
<b><i>Inglês</i></b>	<b><i>Português</i></b>	<b><i>Teatro</i></b>

***Formulário de inscrição na descrição***  
***Contato: transenempoa@gmail.com***



**ANEXO I**

Publicação no *facebook* sobre a formação do dia 25 de março de 2018



## ANEXO J

Publicação no *facebook* sobre o Seminário Saindo das Caixas do IFRS



**Saindo das Caixas 2018** 12 e 13 de novembro  
gênero, sexualidade, raça, etnia, arte e educação

PROGRAMA ENEGRECENDO  
TRANSENUM  
PROPEL  
NEPEGS  
NEABI

### Programação

segunda, 12	terça, 13
13h - credenciamento	10h30 - oficina de cerâmica
13h30- apresentação de trabalhos	13h30 - apresentação de trabalhos
5h20 - oficina de bonecas abayomi	15h20 - oficina de poesia marginal
17h20 - relato da oficina de leitura de escritoras negras	17h - relato de experiências do transENEM
18h - roda de conversa sobre retificação do nome para pessoas trans	18h - desfile da diversidade
19h30- MESA: raça, gênero e etnia com Marlise Santos corpo, gênero e biologia com André Morando mediação de Aline Ferraz	19h30 - MESA: violências de gênero na contemporaneidade com Jane Felipe políticas públicas e diversidade com Jéssica Queiroz mediação de Liliane Madruga
	lançamento do livro: A discussão da pedofilia no campo da educação, de Jane Felipe

**a feira da diversidade ocorrerá no átrio do IFRS, durante todo o evento**

 Instituto Federal do Rio Grande do Sul  
Campus Porto Alegre

local: Auditório Rui Manuel Cruise  
IFRS Campus POA  
R. Coronel Vicente, 281

**ANEXO K****Desfile Diversidade Criativa no Evento Saindo das Caixas IFRS**

## ANEXO L

Relato de experiência do transENEM no Seminário Saindo das Caixas IFRS

